



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS**  
**BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

**CANDAI CALMON**

**GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS DO  
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA (CRP-03):  
UM OLHAR FEMINISTA SOBRE SUAS RESISTÊNCIAS E DESAFIOS**

Salvador

2018

**CANDAI CALMON**

**GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS DO  
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA (CRP-03):  
UM OLHAR FEMINISTA SOBRE SUAS RESISTÊNCIAS E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientadora: Profa. Dra. Darlane Andrade

**SALVADOR**

**2018**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Calmon, Candai

Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do  
Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03): Um  
Olhar Feminista sobre suas Resistências e Desafios /  
Candai Calmon. -- Salvador, 2018.

95 f. : il

Orientador: Darlane Silva Vieira Andrade.

TCC (Graduação - Bacharelado em Estudos de Gênero  
de e Diversidade) -- Universidade Federal da Bahia,  
Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos, 2018.

1. Psicologia e Ciência;. 2. Relações Raciais . 3.  
Racismo. 4. Estudos de gênero. 5. Feminismos. I.  
Silva Vieira Andrade, Darlane. II. Título.

**CANDAI CALMON**

**Grupo de Trabalho Psicologia e Relações do Conselho Regional de  
Psicologia do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03):  
Um olhar feminista sobre suas Resistências e Desafios**

Monografia apresentada ao Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade.

Salvador, 21 de agosto de 2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Darlane Silva Vieira Andrade**

Orientadora. Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo /UFBA

---

**Prof. Ms. Valter da Mata**

Examinador 1. Mestre em Psicologia Social pela UFBA. Docente da Faculdade da Cidade/ Salvador.

---

**Profa. Dra. Rosângela Costa Araújo**

Examinadora 2. Doutora Educação pela UFBA. Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo/ UFBA

*eventualmente  
aqueles que tentaram  
arrancar nossas asas  
vão ficar paralisados  
quando notarem que foi  
isso que nos fez descobrir  
que há muitas maneiras de voar*

*ryane leão*

**Resumo:** Esta monografia pretende conhecer as ações do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) desde a perspectiva feminista para compreender como o GT tem colaborado no enfrentamento ao racismo na Psicologia, através da inclusão da temática das relações raciais nesta ciência e na prática profissional. A pesquisa foi construída por métodos qualitativos através das observações traçadas no exercício do estágio supervisionado nos anos 2016 e 2017 e das entrevistas concedidas por três integrantes do GTPRR. Puderam-se trazer alguns entendimentos de como o grupo tem construído ações frente às práticas racistas dentro e fora da Psicologia na Bahia, como promoção de diversos eventos, debates, produção de cartilha e outros, e os principais desafios que se apresentam neste processo. Este trabalho também traz como principal vetor as perspectivas dos estudos de Gênero e dos Feminismos, especificamente da crítica feminista à Ciência, para compreender o GTPRR e a Psicologia no âmbito das relações de poder, raciais e de gênero.

Palavras-Chaves: Psicologia; Ciência; Relações Raciais e Racismo; Gênero e Feminismos;

**Abstract:** This monograph intends to know the actions of the Psychology and Racial Relations Working Group (GTPRR) of the Regional Council of Psychology of Bahia (CRP-03) from a feminist perspective to understand how the group has collaborated in confronting racism in Psychology through the inclusion of the theme of race relations in this science and in professional practice. The research was constructed by qualitative methods through the observations traced in the exercise of the supervised internship in the years 2016 and 2017 and the interviews granted by three members of the GTPRR. It was possible to bring some understandings of how the group has constructed actions against the racist practices inside and outside the Psychology in Bahia, as promotion of several events, debates, booklet production and others, and the main challenges presented in this process. This work also brings as main vector the perspectives of the studies of Gender and Feminisms, specifically feminist critique of Science, to understand the GTPRR and Psychology in the scope of power relations, racial and gender.

**Keywords:** Psychology; Science; Racial Relations and Racism; Gender and Feminisms;

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
1.1 Distanciamentos e desafios da Psicologia: Uma breve compreensão do campo	8
1.2 A Pesquisa: Metodologia e Perspectiva	9
<b>1. CAPÍTULO 1</b>	
<b>GÊNERO, RAÇA E CIÊNCIA SOB UM OLHAR CRÍTICO FEMINISTA</b>	13
1.1 A Invisibilidade das questões Raciais e de Gênero na Psicologia	15
1.2 Por uma Psicologia antirracista: algumas mobilizações no Brasil	19
<b>2. CAPÍTULO 2</b>	
<b>GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS (GTPRR)</b>	24
2.1 Sistema Conselhos, Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) - Contextualização	25
2.2 GTPRR – Breve História e Ações	28
2.2.1O Estágio Supervisionado BEGD no GTPRR: experiências de observações e indagações	30
<b>3. CAPÍTULO 3</b>	
<b>RELAÇÕES RACIAIS SOB A PERSPECTIVA DAS/DOS INTEGRANTES DO GTPRR</b>	35
3.1 As entrevistas	36
3.3 O Espaço do CRP-03	40
3.4 As questões raciais na Psicologia	41
3.5 Ações do GTPRR	47
3.6 O desafio da inclusão das questões de gênero no GTPRR	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	58
<b>APÊNDICES</b>	69



## INTRODUÇÃO

Esta monografia nasce no contexto do Estágio Curricular Obrigatório em que, no fim do ano de 2016 até meados de 2017 fui escalada para atuar na Comissão de Direitos Humanos dentro dos grupos de trabalho (GTs) existentes no Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Essa participação consistiu em observar a dinâmica, funcionamento, organização e articulação dos ditos grupos e suas funções quanto aos temas vinculados à Psicologia e as Comissões de Direitos Humanos: Relações de Gênero e Psicologia, Psicologia, Identidade de Gênero e Sexualidades, Psicologia e Relações Raciais, GT Direito das Crianças e Adolescente, Psicologia e Mídia, Psicologia e Educação, e Psicologia e Pessoas com Deficiência. Ao transitar no grupo de trabalho de Psicologia e Relações de Gênero e o grupo Psicologia e Relações Raciais decidi optar por esse último para participar, observar e atuar mais proximamente.

Obviamente essa escolha não foi aleatória. Minha vivência como mulher negra impulsionou-me a criar empatia imediata com um grupo, no qual circulava em sua maioria pessoas pretas e mulheres. Ao cercar-me do dito grupo, observei que o tema Racismo na Psicologia era recorrente, e que havia uma luta a partir das práticas do GT no sentido de tensionar o debate racial e erradicar as práticas racistas na Psicologia como ciência e profissão.

E sobre esse meu lugar de observação gostaria aqui de demarcar o meu lugar de fala, sendo este, portanto, um exercício criativo de explicitar o que é e como é o lugar que eu falo e o que ele representa em um mundo que constantemente vemos como norma a voz branca, masculina e heterossexual tal como pontua Djamila Ribeiro (2017). Portanto, sou mulher preta, artista, advinda de periferia, candomblecista, nordestina, feminista e, destes lugares (e muitos outros que ocupo) construo essa pesquisa sobre as ações do Grupo de trabalho psicologia e relações raciais (GTPRR).

Mesmo pesquisando sobre a história de instituições de profissão e formação, como se deu com o grupo do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, no qual não está diretamente vinculado à minha área atuação profissional, pude encontrar elos, fios que me conectam diretamente com as entrevistadas e suas experiências, atuações frente ao racismo e ao sexismo.

Assim, transitando e observando na condição de estagiária do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade - BEGD e até então, de forma não atuante, vieram em mim algumas indagações: Como se manifesta o racismo dentro das Ciências psicológicas? O que é ser uma negra/o psicóloga/o? Por que o tema Raça, Relações Raciais e Racismo não são comuns dentro da Psicologia? Estando mais perto e conversando pessoalmente com algumas/uns pessoas circulante do CRP-03 e/o integrantes do GTPRR vieram mais indagações: Como nasceu o GT de Relações Raciais e Psicologia no Conselho Regional da Bahia? Quais ações têm sido construídas pelo grupo para combater as múltiplas formas de racismo dentro e fora da Psicologia? Há ações específicas voltadas para as mulheres negras e psicólogas?

Um emaranhado de questionamentos foi me atravessando de forma a querer me aproximar cada vez mais do campo da Psicologia, a partir dos posicionamentos e olhares do GTPRR e suas proposições sobre as relações raciais.

Possuindo poucas referências teóricas, e não muito próxima dessa área de conhecimento, tive a responsabilidade de me debruçar sobre as questões raciais especificamente na Psicologia a partir, e como uma decisão estratégica, do olhar do próprio grupo. Ou seja, comecei a ler o que alguns/mas dos/das integrantes estavam produzindo no campo teórico e discursivo a respeito da denúncia ao racismo na Psicologia e as estratégias no campo das ações para combatê-lo.

Foram a partir destas leituras, e principalmente dos diálogos trocados com muitos integrantes do grupo que pude iniciar um processo acercamento ao GTPRR e de compreensão a respeito da Psicologia enquanto ciência e profissão que historicamente contribuiu para disseminação do preconceito racial.

### **1.1 Distanciamentos e desafios da Psicologia: uma breve compreensão do campo**

Para muitas psicólogas e psicólogos negros/as falar da história da Psicologia é trazer ao debate que ao longo da sua história esta profissão foi ocupada e portanto elaborada em sua epistemologia e prática profissional, por sujeitos ditos “universais”, sujeitos com diversos privilégios sociais nos pertencimentos de classe, religião, raça, território, gênero etc. Ou seja, homens brancos, europeus, heterossexuais, de classes privilegiadas. Pensar a

subjetividade de determinados/as sujeitos/as especificamente, das pessoas negras, como parte importante e fundante dentro da Psicologia se torna um desafio por parte dos/das psicólogos/os em suas atuações profissionais.

A ausência ou negação da existência das problemáticas raciais por parte dos/das profissionais do/da psicólogo/a, sobretudo das pessoas brancas é algo sintomático à própria ideologia racista, presente na ciência que compõe a formação e a prática profissional, se manifestando na própria sociedade como um todo. Para o psicólogo baiano, negro e um dos fundadores do GTPRR, Valter da Mata, os/as psicólogos/as em geral, não estão preparados/as para lidar com pacientes vítimas de racismo por não terem formação sobre essa problemática ainda na universidade e também por alguns/as estarem sob pertencimentos sociais (gênero, classe, geração, raça etc) privilegiados, não os/as permitindo enxergar e aprofundar nessa temática (DA MATA, 2015).

As contribuições de duas mulheres psicólogas, Marilda Castelar e Conceição de Oliveira Santos, que analisam as Relações Raciais no ensino da Psicologia, nos traz também contribuições que há diversos preconceitos e estereótipos que se manifestam no fazer da Psicologia, através dos seus profissionais, que comumente ocupam um lugar privilegiado no social e que dentro de seus contextos propagam um ideal de democracia racial (CASTELAR; SANTOS, 2012). São ações que estão direcionadas ao não reconhecimento do racismo como um dos causadores de sofrimento, exclusão e opressão sobre os/as sujeitos/as negro/as sendo invisibilizado e negado por parte de muitos/as psicólogos/as no exercício de sua profissão e formação (CASTELAR; SANTOS, 2012).

Portanto, o que alguns profissionais negros/os vem apontando nos últimos anos é a respeito da negligência dos saberes psicológico frente às questões raciais. É a partir dessa problemática que surge o meu interesse (político) em investigar as atuações do GTPRR dentro dessa relação.

## **1.2 A Pesquisa: metodologia e perspectiva**

Essa pesquisa se constrói a partir de **métodos qualitativos**, especificamente com uso de observações registradas em diários de campo de relatório de estágio, e entrevistas que

foram gravadas em vídeo e analisadas sob análise de conteúdos. A construção e a coleta de dados foram sendo desenvolvidas ao longo (e posteriormente) ao estágio supervisionado nos anos de 2016 e 2017 no CRP-03 .

O tema da proposta desta pesquisa se vincula ao campo dos estudos de gênero, em articulação com Raça e Ciência. Estando neste campo de investigação me incita urgentemente a recorrer a uma parte da vasta produção dos estudos feministas e de gênero relacionados à crítica feminista à ciência, produzidos principalmente por mulheres em países não-centrais, frutos de suas militâncias e enfrentamento ao um sistema científico que se afirmou e se afirma cada vez mais como “imparcial e neutro”, excluindo sujeitos não-brancos da produção científica, sob pretextos e justificativas desiguais e discriminatórias.

Assim, como principal objetivo desta pesquisa proponho: Este trabalho pretende conhecer as ações do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) para compreender de que modo o GT tem colaborado para enfrentar o racismo na psicologia, e incluir a temática relações raciais nesta ciência e na prática profissional, através dos relatos dos/das integrantes, e conhecer as estratégias de enfrentamento e os desafios implicados nesse processo. Sobre estes desafios analisarei algumas ações específicas do GTPRR, e se estas dialogam diretamente com as questões de gênero à partir de um diálogo interseccional necessário para compreender a desigualdade racial.

Proponho-me em trazer a relevância desse projeto de investigação no que tange a visibilização de um grupo de trabalho que tem construído ações de combate ao racismo dentro das instituições profissionais e científicas, fortalecendo assim as múltiplas denúncias que tem sido feita a Psicologia enquanto profissão que tem negado historicamente os efeitos psicossociais do Racismo sobre as pessoas negras ou não-brancas.

Também meu interesse político circunda em observar as ações voltadas para as mulheres, negras e psicólogas, onde suponho que o racismo e sexismo atuam de forma perversa, potencializando ainda mais a opressão e o sofrimento sobre nós mulheres pretas, em todos os campos, para além dos profissionais. Estas pressuposições trago a partir da minha experiência no mundo enquanto mulher negra onde constantemente sinto as opressões

raciais e de gênero de forma perversa e entrelaçada, e também do próprio contato com algumas mulheres pretas do GTPRR.

Essa pesquisa está em vínculo com perspectivas feministas para analisar as ações de um grupo que se propõe combater as práticas racistas dentro e fora de sua categoria. Além disso, ao trazer relatos de mulheres negras e suas experiências situadas frente a Psicologia, nos induz a compreender como tem sido a experiências desses sujeitos dentro de um campo onde a maioria são pessoas brancas e que as discussões de gênero e raça, como veremos, ainda são tão incipientes.

A pesquisa se configura como metodologia e referencial de cunho feminista, pois estarei analisando o GTPRR à partir da perspectiva teórica feminista e de gênero. A pesquisa foi realizada por métodos qualitativos, com análise de relatos de entrevista com três integrantes do GTPRR, feitas no exercício do estágio supervisionado e após este. No período do estágio, foram realizadas seis entrevistas para produção de vídeo documentário como produto do estágio, e destas foram escolhidas três para transcrição e análise nesta monografia.

O trabalho está dividido em 3 capítulos. No Capítulo 1 intitulado de Gênero, Raça e Ciência sob um Olhar Crítico Feminista, retomarei o debate de como a Ciência Moderna tem tratado os temas Raça e Gênero, sob a perspectiva de autoras feministas, para contextualizar brevemente as limitações dos saberes científicos e as consequências que culminaram em invisibilidade, apagamento, eugenia, exclusão social, misoginia e racismo, construindo lugares opressivos e violentos sobre as minorias como exemplos das mulheres e das pessoas negras (CARONE; BENTO 2002).

No Capítulo 2, Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais serão apresentadas informações sobre o Grupo de trabalho, parte da sua história e localização dentro da Comissão dos Direitos Humanos e do Sistema Conselhos de Psicologia da Bahia. Também apresentarei algumas das principais ações do grupo, construídas nos últimos anos no enfrentamento racial dentro e fora da categoria. Por fim, neste capítulo, trarei parte da minha experiência do estágio e minhas observações (negro-feministas) sobre as atuações do grupo.

No Capítulo 3, estão apresentados os dados coletados dentro do GTPRR, através das entrevistas realizados no meados do ano de 2017 e começo desse ano, 2018. Na análise destes dados, apresento as/o entrevistadas/o e trago suas trajetórias de chegada ao grupo e também seus relatos a respeito das ações do GTPRR.

Por fim, as considerações finais buscam refletir se os objetivos do trabalho foram alcançados no que se diz às colaborações do GTPRR para a inclusão da perspectiva racial na psicologia baiana e também às minhas indagações, expectativas e desejos, enquanto feminista negra e militante, de que nessas ações as especificidades das mulheres negras estejam incluídas.

## CAPÍTULO 1

### GÊNERO, RAÇA E CIÊNCIA SOB UM OLHAR CRÍTICO FEMINISTA

Para compreender, sob as lentes de gênero e a partir de uma perspectiva feminista, o lugar de invisibilidade e apagamento das questões raciais e de gênero nos universos científicos, especialmente na Psicologia, se faz necessário (re) mapear e contextualizar as/os sujeitos/as, construtores/as e responsáveis por esses espaços de poder ao longo da história, bem como pontuar a ausência sintomática das mulheres - e aqui enfatizo as mulheres negras - em espaços de atuação e protagonismo científico.

Algumas premissas feministas que guiam as ideias sobre o espaço da Ciência, é que ao longo da história ocidental a produção de conhecimento científico e portanto, um espaço de poder, foi reservado e ocupado pelos homens. Isso significa que o olhar, o ponto de partida e as experiências - cosmovisões - se voltam para o ser masculino, como um sujeito que ocupa um lugar de poder social e que à partir dele produz e legitima conhecimento do seu interesse e do interesse da sua comunidade.

Para Cecília Sardenberg (2001), diversas teorias e estudos construíram as críticas feministas à Ciência Moderna, mas foram os estudos sociais (em áreas como Filosofia, Antropologia, Ciências Sociais etc.) que potencializaram as divergentes ideias sobre a “neutralidade e fatos científicos”, chamando atenção para o “caráter histórico, social e político da Ciência” (SARDENBERG, 2001, p. 3 citando FISHER, 2005) desconstruindo-a pouco a pouco os ideais da Ciência Moderna e seus pressupostos androcêntricos.

A feminista Lourdes Bandeira (2008), afirma que a Ciência Moderna, ao longo da sua construção foi estabelecida como um “empreendimento masculino”, estando seus principais sujeitos-atores circunscritos em torno de um perfil socialmente privilegiado: Homem, branco, europeu ou de países hegemônico, jovem/adulto, de classe alta, heterossexual.

O olhar crítico à Ciência Moderna, a partir da práxis feminista tem sido um olhar de muita relevância histórica e teórica e nos traz aqui instrumentos discursivos para compreender diversas facetas da Ciência. Ao desconstruir e dismantelar os pressupostos (políticos) da Ciência, os feminismos têm avançado não somente em denunciar a exclusão e invisibilidade

das mulheres nesses espaços, como aponta Sardenberg (2001), mas tem trazido em questão a representação dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna à partir do seu Sujeito específico: Quem é o sujeito da ciência? E de que lugar ele fala?

Diversas mulheres feministas (BANDEIRA, 2008; SCHIENBINGER, 2001; HARAWAY, 1995) apontam sobre a influência desses sujeitos, na construção das noções acerca da neutralidade, objetividade e racionalidade como discursos/ações imprescindíveis à Ciência, e por consequência e, dada a sua influência, a todos universos institucionais. Além disso, a linguagem masculinista e os discursos androcêntricos fizeram com que o fazer científico fosse se estabelecendo como um espaço institucional masculino “capaz” de responder universalmente os fenômenos do mundo.

Os lugares onde se faz ciência – entendendo esse “lugar” como os espaços onde se produz, constrói e esquematiza determinados conhecimentos através de métodos de investigação, possuindo como padrão a “tradução, a convertibilidade, a mobilidade de significados e a universalidade” (HARAWAY, 1995, p. 16) como parâmetro global de fazer científico – tem revelado suas limitações e equívocos, quando se trata dos estigmas e estereótipos propagados sobre as minorias sociais (como mulheres, pessoas negras, de sexualidades dissidentes, estrangeiras, dentre outras) e legitimados como verdade ao longo da história ocidente.

Como exemplo desses estigmas construídos perversamente sobre as minorias sociais, temos as teorias racistas e misóginas, elaboradas por sujeitos masculinos no campo das Ciências aqui no Brasil, no período da Primeira República do século XIX. Essas teorias influenciaram de maneira massiva o fazer científico, tanto nas áreas das ciências naturais como nas ciências sociais, como aponta Raquel Amorim dos Santos e Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva (2018). A Psicologia Social e a Psiquiatria eram um dos campos onde teorias racistas se desenvolviam neste período.

A teoria da “degeneração das raças”, defendida por Nina Rodrigues e tantos outros homens no campo científico, legitimaram ideias de que o erro das miscigenações contribuem potencialmente para impossibilidade de evolução das raças e principalmente de se constituir uma sociedade brasileira civilizada e racialmente pura (DOS SANTOS e BARBOSA E SILVA, 2018). As percepções biológico-racistas, utilizadas constantemente como fatores responsáveis pelo “atraso” da população brasileira, frente ao desenvolvimento do norte global



(sobretudo o continente europeu e o seu modelo de sociedade) – reforçavam permanentemente a “inferioridade” subjetiva, política, social, espiritual dos/as sujeitos/as / pessoas não brancos/as.

Com o avanço da Ciência Moderna e principalmente no contexto pós abolição, o Brasil se encontrava em terreno fértil para as teorias que reforçavam a existência e hierarquias entre as “raças” da humanidade. Com o intuito de justificar a “incapacidade” social e intelectual/cognitivo de pessoas não brancas, essas teorias, pensadas e esquematizadas por homens brancos e da alta sociedade contribuíram para que o racismo científico se desenvolvesse, utilizando da “natureza” ou “biologia” como principais saídas de respostas. Desse modo, “qual seja, a ideia de que a humanidade está dividida em raças, e seu corolário, a saber, as diferentes raças conformam uma hierarquia biológica, na qual os brancos ocupam posição superior” (DOS SANTOS e BARBOSA E SILVA, 2018, p.256).

### **1.1 Invisibilidade das questões Raciais e de Gênero na Psicologia**

Podemos afirmar, a partir de um olhar crítico, atento e obviamente localizado que, mesmo com os recentes esforços, existe uma ausência do debate das Relações Raciais e das Relações de Gênero, como um dos fatores fundantes da sociedade no campo da Ciência. Uma espécie de sintoma decorrente do processo em que os espaços científicos foram construídos e como e quais sujeitos/as os ocuparam.

Observa-se, que ao longo da história, a Psicologia foi ocupada e, portanto, elaborada em sua epistemologia e prática profissional, por sujeitos/as ditos “universais” ou sujeitos/as que como já descrevemos, com diversos privilégios sociais nos pertencimentos de classe, região, religião, raça e gênero. O não protagonismo na elaboração da Ciência por parte das mulheres, em especial das mulheres negras ou das mulheres não brancas, de países terceiro-mundistas aparece como exemplo da ausência e da invisibilidade dos “outros” sujeitos e portanto de outras epistemes e saberes.

No campo das Relações Raciais – foco deste estudo –, emergem muitos debates sobre a ausência do tema raça, racismo e relações raciais como processos fundantes que constituem os/as sujeitos/as, seja no aspecto social, público, coletivo ou nos aspectos subjetivos, interno, individual.

Diversos/as autores/as (DA MATA, 2014; CASTELAR; SANTOS 2012, CARONE; BENTO, 2002; BICUDO, 2010; FRANÇA, ROCHA, CASTELAR, 2015) apontam a invisibilidade destas temáticas ao longo da história da Psicologia no Brasil, trazendo à crítica do quanto a mesma não recorria (e recorre) às questões raciais como fatores imprescindíveis para pensar a subjetividade de determinados/as sujeitos/as como parte importante e fundante das relações raciais.

Como aponta o Psicólogo Valter Da Mata<sup>1</sup> em entrevista ao jornal do Conselho Federal de Psicologia (2015) a ausência “sintomática” do tema racial, no que tange ao viés “racismo” como um fator fundante que contribui potencialmente para o sofrimento psíquico<sup>2</sup>, de determinados/das sujeitos/as, é um discurso relativamente recente na Psicologia. Como veremos no terceiro capítulo deste estudo, em que trago a análise de entrevistas realizadas com integrantes do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais do CRP03, a reelaboração e resignificação dos discursos da Psicologia em relação a temática racial aqui em Salvador, tem sido feitas por mulheres e homens negros, que compõem a categoria e que, de diferentes formas e lugares entendem o que é o racismo a partir da própria experiência.

O processo de sofrimento e opressão sobre nós, pessoas pretas, constitui da severa atuação racista nas nossas vidas no qual, segundo Da Mata (2015) atinge dois aspectos principais em se tratando da nossa saúde mental: “a identidade e a autoestima” (p.1) forçando portanto, a nós mulheres e homens pretos/as, internalizar ideologias de inferiorização e subalternização desde nossa infância onde se reverberará na nossa vida adulta, comprometendo nossa agência e nossa capacidade de atuação no mundo, negando nosso lugar no mundo e nossos direitos. Para nós, mulheres negras, a intersecção do racismo e sexismo, juntamente com outras opressões como a LGBTTTQI-fobia, classismo, o capacitismo, o etarismo, etc., potencializam muito mais o nosso sofrimento.

No campo da Psicologia existem diversas limitações quando se trata das questões raciais seja na formação universitária, como ausência de currículos voltados para questão ou

<sup>1</sup>Valter da Mata é psicólogo graduado pela Universidade Federal da Bahia, e começou a estudar a temática psicologia e relações raciais neste período, na década de 1990, dando continuidade a pesquisa em Mestrado (2009) e levando a discussão para o sistema conselhos de psicologia na Bahia desde então, também no Conselho Federal, quando é convidado a compor a Comissão de Direitos Humanos no debate sobre relações raciais em 2005 até hoje. Atualmente, é conselheiro do CRP03 (gestão 2016-2019).

<sup>2</sup>O termo *sofrimento psíquico* advém da Psicologia e se refere a todo tipo de sofrimento subjetivo, que traga dor ou desconforto para a pessoa, como tristeza, ansiedade, angústia, humor deprimido, dentre outros, e que em sua expressão mais acentuada tem-se o adoecimento mental.

até nas clínicas e consultórios psicológicos, através do não reconhecimento do racismo como promotor de sofrimento. Para Da Mata (2015), os/as profissionais de psicologia, em geral estão completamente despreparados para lidar com essas questões por diversos motivos relacionados ao distanciamento histórico da categoria com a população negra, por ser uma profissão que nasce nas camadas mais abastadas – e constituídas por pessoas brancas – no Brasil. Além disso, o não reconhecimento da existência do racismo, enquanto uma dimensão que atravessa nossa compreensão de mundo estando portanto, profundamente enraizado em nossas relações, dificulta ainda mais a prática profissional frente a essas questões.

Pensando nas questões de Gênero na Psicologia não é diferente. Muito se custou, transversalizar este debate dentro do fazer científico das Ciências Psicológicas. Para Conceição Nogueira (2001), por muito tempo se assistiu uma Psicologia que afirmou as diferenças sexuais como fatores que legitimam a inferioridade das mulheres, restringindo, portanto suas autonomias no campo das Ciências. Como também afirma Helena Miranda dos Santos (2016), a normatização das identidades de gênero expresso no binarismo (homem-mulher) e na heteronormatividade como “padrões rígidos de relacionamento sexual, afetivo e familiar” (p.17), eram difundidos como normas pela Psicologia.

Eram comuns construções de teorias que ora recaíam sobre a mulher histórica ou enferma como causa da sua natureza feminina, ora reforçava o binarismo com os sentimentos, temperamentos e ações que apelaria para o estereótipo ou, como menciona Conceição Nogueira (2001), para o “protótipo de temperamento que vem assim a constituir-se como norma para um grupo” (p.10). Desse modo, a representação da mulher<sup>3</sup>, diferentemente do homem, estaria relacionadas aos aspectos emocionais sendo, portanto, “tímida, dócil, vaidosa e sem espírito de aventura” (p.10). Para a autora, esta norma se vincula diretamente com a esfera pública e a esfera privada, incidindo diretamente na divisão sexual do trabalho e na domesticação das mulheres (2001).

A presença feminina, reconhecendo aqui toda a diversidade das mulheres, era permanentemente excluída desses espaços, construindo-se acerca dos seus corpos, diversos discursos misóginos que colocavam as mulheres num lugar inferiorizado de incapacidades físicas e psíquicas, com o mote de que eram desprovidas dos critérios necessários e tão caros

---

<sup>3</sup> Importante trazer ao debate que há grandes chances de que “Mulher” que a autora se refere é própria mulher branca, européia no contexto dos anos 30 a 50. Não acredito que as mulheres pretas, indígenas, trans de países não-globais, por exemplo, estejam inseridas e representadas nesse contexto.

para ciência. O ser mulher estava em contínua associação à natureza, com justificativas que seu corpo feminino (ou feminilizado) representava a “cópia defeituosa do corpo do homem”, com uma “natureza frágil sujeita às desordens provenientes dos seus órgãos reprodutivos” (NOGUEIRA, p.3). Todo esse imaginário vem sendo fortemente legitimado “desde Aristóteles até a atualidade” (NOGUEIRA, p.10) através do pensamento filosófico, do discurso médico e da Ciência.

Vê-se que a Psicologia, sobretudo a Psicologia Social contribuiu por muito tempo para o reforço da subalternidade e exclusão das mulheres em espaços de Poder como os da Ciência tornando essas desigualdades como norma para todos os grupos, universalizando conhecimentos a partir de determinados lugares e valores. A universalização como vemos Donna Haraway (1995), é uma das características metodológicas e potencialmente discursivas do fazer científico e onde se manifestam lugares de falas hegemônicos e de cunho etnocêntricos de um grupo e do seu referencial.

Por outro lado, Conceição Nogueira (2001) também aponta que o feminismo, sobretudo na segunda onda feminista, abalou significativamente a Psicologia científica, no que se diz a crítica aos pressupostos da Ciência. Ao apontar os vieses androcêntricos e sexistas da metodologia científica, o movimento feminista de segunda onda, (em que estiveram a frente mulheres, sobretudo brancas e em espaços acadêmicos) denunciavam que “a existência de distorções é causada pelos enviesamentos sociais, e os preconceitos são o resultado de atitudes hostis e falsas crenças, provenientes da ignorância ou da superstição” (HARDING, 1986 apud NOGUEIRA, 2001, p.12). Sendo assim, os movimentos feministas contribuíram para a inserção das questões e gênero desde uma perspectiva feminista na Psicologia<sup>4</sup> e provocaram diversos debates contundentes e denunciativos ao fazer científico, trazendo o gênero como “prescrição de papel e relação de poder” (p.18). Além das próprias ideias relacionadas à universalidade, racionalidade e neutralidade, onde se tecia críticas por

---

<sup>4</sup>O uso (e estudo) do termo “Gênero” ainda é pouco utilizado na Psicologia. Para Helena Miranda dos Santos (2016) apesar dos feminismos terem influenciado o campo das Ciências Humanas e Sociais, o que recorrentemente se vê no campo da Psicologia é a utilização do termo como um objeto de pesquisa, não incorporando às críticas mais radicais das teorias feministas ao campo de pesquisa e prática profissional da Psicologia.

um saber localizado<sup>5</sup> (CARNEIRO, ROSA; 2016) e por um lugar em que as mulheres fossem protagonistas dos seus próprios estudos e produtoras de conhecimentos (NOGUEIRA, 2016).

Observamos, portanto, as limitações da inserção das temáticas, relacionados às relações de Gênero e as relações raciais na Psicologia, tanto no seu saber como na prática profissional. A ausência ou invisibilidade expressada como um sintoma está profundamente relacionado aos sujeitos que construíram a Psicologia historicamente e que, portanto, produziram conhecimento a partir dos seus referenciais, e da própria construção da Ciência Moderna de sujeito universal, que deixa invisível as dimensões de gênero, raça, classe, territorialidades, etc. que constituem os/as sujeitos/as e suas subjetividades. Assim sendo, urge cada vez mais mobilizações que acerquem a Psicologia à dimensão sócio-histórica das relações de gênero e especificamente, como foco deste estudo, a questão das relações raciais.

## **1.2 Por uma Psicologia antirracista: algumas mobilizações no Brasil**

O século XX e XXI aqui no Brasil foi de grande importância para a Psicologia social, sobretudo no que diz respeito às mobilizações voltadas para a questão racial. Foram muitas ações no campo das ciências, na academia e do sistema conselho de Psicologia que contribuíram para a implementação do debate sobre as questões raciais como fatores potentes para se pensar as relações sociais, e se tratando da Psicologia, para repensar os modos subjetivações das/dos sujeitos/as.

Especificamente na década de 1930, começaram a surgir estudos voltados para o debate racial de forma a contrapor as teorias biologizantes e racistas da Psicologia Social (FRANÇA; ROCHA; CASTELAR, 2015). Dentre os/as diversos autores/as que estudaram o tema, destaque Virgínia Leone Bicudo, uma mulher negra, psicanalista que defendeu sua tese de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo intitulada de “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”<sup>6</sup> na qual examinou as diferenças raciais, no que tange às atitudes, entre mulatos e pretos na capital paulistana, trazendo as diferentes formas

---

<sup>5</sup>“Saberes localizados” é um termo cunhado por Donna Haraway (1987) e se refere basicamente à uma “objetividade feminista” (p. 18) como estratégia de uma construção de uma nova Ciência ou de uma nova forma de fazer Ciência. Para Haraway a experiência das mulheres e as experiências feministas são saberes que localizam um lugar específico, diferentemente dos saberes objetivos, racionais e universais proposta pela Ciência Moderna tradicional.

<sup>6</sup>A tese de Bicudo foi organizada e publicada no ano de 2010 por Marcos Chor Maio pela Editora Sociologia e Política de São Paulo.

que essas pessoas, oriundas camadas médias e populares se percebiam entre si e entre a relação com pessoas brancas (BICUDO, 2010). Para Edlamar França, Renan Vieira e Marilda Castelar (2015), esta e outros autores e autoras como Raul Briquet, Arthur Ramos, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite contribuem potencialmente para novas vertentes da Psicologia.

Décadas depois podemos apontar mais uma publicação de um livro importante no campo Psicologia: “Psicologia Social do Racismo” (2002). Organizado por duas mulheres, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, abriram caminho para repensar uma Psicologia que se preocupe mais com as relações raciais. Segundo Da Mata (2015), esta publicação representa um marco divisor destas questões na Psicologia, sobretudo no campo da Psicologia Social. O estudo, que trata dos efeitos psicológicos do racismo na sociedade brasileira e traz a crítica ao branqueamento e a identidade negra (CARONE; BENTO, 2015) pode ser apontado como uma contribuição relevante principalmente na discussão sobre branqueamento, onde foco também seriam aqueles/as que contribuíram historicamente para o conceito de raça: as pessoas brancas.

No campo do Sistema Conselhos de Psicologia, podemos destacar brevemente algumas ações de reparação e inclusão racial para a prática profissional. A campanha realizada no âmbito nacional com o nome de “Preconceito Racial Humilha e faz Sofrer”, no ano de 2000, feito pelo Conselho Federal de Psicologia e no qual resultou numa resolução voltada para ampliação das questões não somente raciais, mas também as que estão no campo dos Direitos Humanos e na qual foi elaborada e aprovada na reunião de plenária do Conselho Federal em Brasília. Trata-se da resolução CFP 018/2002, aprovada em dezembro de 2002 no qual estabeleceu normas para o/a profissional de Psicologia frente ao preconceito e a discriminação racial: “Art.1º - Os Psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2002)<sup>7</sup>.

Esta resolução estimula toda/o e qualquer profissional de Psicologia a estar atenta/o às questões raciais, compreendendo o racismo no contexto sóciohistórico e sua atuação nas nossas relações em sociedade (inclusive a nossa própria subjetividade), acolhendo de forma responsável o homem ou a mulher que estejam inserido/a(s) em algum contexto de violência

---

<sup>7</sup> Artigo disponível no site do Conselho Federal: <https://site.cfp.org.br/>

racial, de modo a contribuir para a erradicação do mesmo ou de toda forma que viole os Direitos Humanos. Para Valter da Mata, entretanto, é difícil fiscalizar a prática profissional relacionada às pessoas que sofrem essa violência, tendo em vista o próprio contexto complexo, em termo das quantidades de pessoas que exercem essa profissão. Cabendo pois, ao cliente (a pessoa que consulta o/a profissional de Psicologia) denunciar todo e qualquer tipo de posição racista ou de negligência com as questões raciais às instâncias responsáveis, como o Conselho Federal ou os Conselhos Regionais de Psicologia (DA MATA, 2015).

Compreendendo, portanto, o racismo como categoria de articulação, ou um eixo que pode ser articulado com diversas opressões (PISCITELLI, 2008) que, entrelaçando-se em um ou mais marcadores sociais como gênero, sexualidade, classe, nacionalidade etc., produz subordinações específicas e situadas, constituindo assim nessa confluência “aspectos ativos de desempoderamento” (p. 267), como ser preta, mulher, trans, pobre, lésbica. Cabe pontuar a existência de outras resoluções elaboradas no campo da Psicologia no Brasil, e que estão vinculadas a questão da orientação sexual (Resolução CFP 01/1999) e identidade de gênero (Resolução CFP 01/2018) e que visam a orientar a/o profissional de psicologia a atuar de forma interseccional, ou seja considerando a atuação e o entrelaçamento de várias opressões sobre o/a sujeito/a, onde poderá contribuir para o combate das desigualdades e para a promoção efetiva de direitos humanos.

A resolução CFP 01/1999, aprovada em janeiro de 1999 e com o título de “Normas de atuação para os Psicólogos em relação a questão da Orientação Sexual” discorre sobre como os/as psicólogos/as devem atuar frente a um exercício de sexualidade que não seja a normativa, como a homossexualidade: Art.3º “Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.” Vê-se, que mesmo não contemplando todas (ou a maioria) das práticas sexuais, para além da homossexualidade (como a pansexualidade ou a assexualidade), a resolução 01/1999 como norma de atuação do/da psicólogo/a representa um avanço em reiterar a não patologização de uma das práticas sexuais não normativas, no código de ética dos/das profissionais de Psicologia, enfatizando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão” (Resolução 01/1999 – Conselho Federal de Psicologia).

Já a resolução CFP 01/2018, criada em janeiro deste ano, uma elaboração que advém da 01/1999 e muito mais atualizada em termos das urgências e demandas sociais frente à discriminação sexual e de gênero, trata-se das “ Normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis”.

Diferentemente da resolução CFP 01/1999 que se utiliza do artigo masculino “o” para referir-se a todos/as profissionais de Psicologia (‘Normas de atuação para os psicólogos’), a resolução 01/2018 se expressa de maneira mais cuidadosa nesse sentido tentando explicitar a inclusão de mulheres ou outras identidades femininas, profissionais de Psicologia: “Parágrafo único. As psicólogas e os psicólogos na sua prática profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.”<sup>8</sup>

Além disso, e outros pontos que representam um avanço no campo de uma Psicologia que historicamente contribuiu para discriminação e segregação de gênero, como discorreremos no começo deste capítulo, a resolução CFP 01/2018 traz a questão da cisgeneridade como um regramento existente em nossa sociedade e que, portanto os/as profissionais devem estar atentas/os. A cisgeneridade como afirma uma das pioneiras sobre este debate, a pesquisadora, Viviane Vergueiro (2015) pode ser entendida como um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero. Portanto, a pauta da cisgeneridade, enquanto um conceito que revoluciona nossas percepções sobre o binarismo identitário homem-mulher se apresenta na resolução 01/2018 e representa um avanço não somente na Psicologia do Brasil, mas também nos movimentos sexuais e de gênero, tendo como um ponto potencialmente pertinente a sistematização do pensamento teórico sobre a cisgeneridade é protagonizada por mulheres transgêneras e travestis do Brasil.

No campo da formação e ensino tivemos duas conquistas relevantes e que se fossem efetivadas de modo correto pelas instituições educacionais, poderiam reverberar de modo significativo no ensino formação da Psicologia, são as leis federais de números 10.639 e 11.645. A primeira criada em Janeiro de 2003 e discorre sobre a obrigatoriedade do ensino sobre Cultura Afro-Brasileira e a segunda, modificada a partir da primeira, ordena no

---

<sup>8</sup>O uso da escrita gendrada foi proposto pelo grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, e defendido como pauta para uso em todo o sistema conselhos, nos eventos que organizam e deliberam as ações para a categoria. Tem sido utilizado desde então, como um modo de desconstruir a linguagem androcêntrica e valorizar principalmente as mulheres na psicologia. Esta informação me foi concedida por umas das coordenadoras do GTRGP, no exercício do estágio supervisionado em 2017.



currículo oficial da rede de ensino (do fundamental ao superior), a inclusão também da Cultura Indígena do nosso país<sup>9</sup>. Essas leis que abrem porta para reparação e integração das abordagens históricas dos povos constituintes do Brasil, como o povo negro e o povo indígenas, foram resultados de diversas mobilizações sociais e políticas, e que hoje se tornou um desafio para todas as instituições de ensino.

No entanto, no campo de ensino e formação de Psicologia aqui no Brasil, há mais interesse sobre o debate racial na pós graduação, especificamente e nos programas de pós graduação como na UFBA e USP, no qual estas instituições têm oferecido regularmente estudos que tratam destas temáticas (Valter DA MATA, 2015). Porém no ensino superior, nas graduações de Psicologia, como afirma o autor, há completa ausência destas temáticas, havendo muita resistência por parte dos/das professores/as e alunos/as: “em raros casos essas temáticas é abordado nas grades curriculares” (Entrevista [online] a Valter da Mata, 2015).

Entendemos, no entanto, que apesar de algumas mobilizações, no campo da ciência e profissão, a abordagem do debate racial tem caminhado lentamente e tornando-se um desafio histórico para Psicologia. No próximo capítulo nos debruçaremos sobre o Grupo de trabalho psicologia e relações raciais como parte desta construção de reparação histórica no campo da Psicologia na Bahia – e que traz também colaborações a nível nacional.

---

<sup>9</sup>Leis 10.639 e 11.645 disponíveis em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

## CAPÍTULO 2

### GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS (GTPRR)

Durante um ano e meio transitei na condição de estagiária do BEGD pelo Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR), grupo no qual construir uma empatia imediata e fui constantemente atravessada por diversos questionamentos de como o enfrentamento ao racismo estão sendo construídos, em termos de ações, no GTPRR. Conversando com pessoas que ali atuavam, conhecendo-as, ao mesmo tempo em que coletava dados e informações nos sites dos sistemas conselhos, nos textos produzidos pelos/as próprios/as integrantes do grupo, atas e os “diálogos filmados” ou entrevistas que desenvolvi posteriormente uma ação de intervenção<sup>10</sup>, me aproximou um pouco mais aquele universo, de forma a entendê-lo desde e a partir da sua realidade e onde se produziram trocas diversas e muita construção de conhecimento amoroso, crítico e do meu ponto de partida, potentemente feminista.

O GTPRR faz parte da Comissão dos Direitos Humanos (CDH), que por sua vez compõe o Conselho Regional de Psicologia (CRP-03) e neste capítulo irei contextualizar brevemente o lugar ocupado por este grupo dentro do Sistema Conselhos de Psicologia do Brasil, especificame na Bahia tais como algumas ações que o GT vem realizando a partir das consultas de atas, análise de entrevistas com integrantes deste grupo, e pesquisa em fontes como sites do grupo e do CRP03.

Ao resgatar brevemente a história da fundação e função do CRP-03 e do GTPRR, através de referências consultadas e também através da minha participação (ativa) nesses espaços, demarco um lugar potente de observação que construí no exercício do estágio supervisionado nos anos de 2016 (segundo semestre) e 2017.

Não ocupando um lugar de psicóloga, ou estudante de Psicologia, além de não ser integrante do GTPRR e, portanto não ter vivido profundamente todas as experiências que permeiam o grupo, não me atreveria aqui falar de um lugar de dentro ou de um lugar da experiência, para compreender o GTPRR no lugar que ele ocupa. Toda a minha percepção de como atua esse universo passou pelas trajetórias que vivi enquanto estagiária, pelas experiências subjetivas de observação e principalmente pelas experiências vividas em meu

---

<sup>10</sup>Sobre o mesmo explicarei logo mais no decorrer do texto.

corpo enquanto um corpo negro, feminista, atravessada pelas atuações racistas e sexistas no social, que me desestabilizam (e me fortalecem) a todo o momento. E também pelos lugares que tenho transitado e que me incitam todo o momento a compreender o mundo a partir das perspectivas feministas e das mulheres. É nesse lugar que construo minhas observações.

Nesse caminho tive a responsabilidade de construir os meus objetivos de forma cautelosa, tentando trazer a potência e importância de um grupo que se propõe enfrentar o racismo institucional e social (FRANÇA, CASTELAR, ROCHA; 2015) observando e, talvez seja um ponto relevante desta monografia, os lugares de algumas mulheres pretas do GTPRR nesse processo, trazendo proposições em torno da práxis interseccional feminista e de mulher aliada às questões raciais<sup>11</sup>.

Portanto, trago uma sistematização de forma breve do campo em que estive inserida (CRP03 e GTPRR) e do qual me produziu diversos questionamentos. Primeiramente trarei a localização do CRP03, no campo do Sistema Conselhos, seguindo de um breve histórico do GTPRR e algumas de suas principais ações. No último tópico trarei a experiência do estágio e os questionamentos advindos desta experiência.

## **2.1 Sistema Conselhos, Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) - Contextualização**

O Conselho Regional de Psicologia da Bahia – 3ª Região (CRP-03) é uma autarquia de direito público, ou seja, uma entidade de caráter independente, no qual, juntamente com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e outros Conselhos Regionais, formam o Sistema Conselhos de Psicologia, estando o CFP localizado no Distrito Federal - Brasília e os Conselhos Regionais em 23 estados do território do Brasil.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia estão instituídos sob duas leis voltadas para a profissão do/da psicólogo/a em todos em todos os seus aspectos de atuação na sociedade.

A primeira é a Lei 4.119, criada em 27 de agosto de 1962 e discorre sobre os cursos de formação em Psicologia e a sistematização da profissão do/da psicólogo/a. A segunda Lei é

---

<sup>11</sup> Sobre essas questões especificamente serão analisadas no capítulo 3.

a 5.766 e foi criada no ano de 1977 e discorre sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia sendo estes, portanto, “dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, tendo a responsabilidade de zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe” (Informação Site do Conselho Federal de Psicologia<sup>12</sup>).

É importante trazer ao debate que tanto a Lei 4.119 como a lei 5.766 surgem no período de extrema tensão ditatorial em nosso país, no qual, além de estarmos sob os sucessivos governos militares, vivenciávamos a supressão dos direitos democráticos e constitucionais, censuras, repressões e perseguições políticas.

Para a psicóloga e doutora em Psicologia Social, Regina Helena de Freitas Campos (1992) esse período influenciou potencialmente na construção do Conselho Federal, no que se diz a algumas restrições das ideias que não “soassem” bem com as perspectivas dos governos ditatoriais:

(...) era a época do regime autoritário, e a circulação das idéias na forma de uma reflexão mais fecunda sobre nossa própria prática sofria sérias restrições. A produção do saber vivo, que resultasse em um melhor conhecimento acerca das condições de saúde mental em que vivia a própria população à qual nos dedicávamos, não encontrava muito amparo nas instituições que demandavam nosso trabalho. (CAMPOS, 1992, p. 2)

Desse modo, mesmo em condições pouco propícias, a regulamentação da lei do/a psicólogo/a, e dos Sistemas Conselhos nas décadas de 1960 e 1970, fez com que a Psicologia estivesse mais voltada para as demandas sociais das/os sujeitos que estavam imersos/as em diversas subjugações e opressões recorrentes das condições sociais, políticas, culturais, que segundo Campos (1992), seriam as minorias. Para a autora, a regulamentação tornou a formação e ação profissionais mais voltadas à escuta das demandas de diversos grupos sociais:

Na clínica, ouvimos e buscamos compreender a fala dos sujeitos sociais imersos nas mais diversas relações de opressão e de dominação, e na dialética da perda da identidade; nas instituições de práticas e discursos que enfatizavam a segregação e a exclusão de sujeitos cuja problemática apontava para a complexa rede de determinantes sócio-antropológicos da doença mental em uma sociedade desigual, em rápido processo de transformação; nas instituições escolares, testemunhamos e

---

<sup>12</sup> <https://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/>

repudiamos a existência de mecanismos de controle, segregação e de exclusão de crianças "problema" com óbvias consequências na reprodução de uma divisão social do trabalho injusta. (CAMPOS, 1992, p. 2)

Assim, a regulamentação da profissão do/da Psicólogo/a em 1962 e a criação do Conselho Federal em 1977, e dos Conselhos Regionais de Psicologia, fizeram surgir o Sistema Conselhos estando este, portanto, sob uma série de atribuições no campo das jurisdições, do direito público e das demandas da classe (Psicologia), além das atribuições de caráter financeiro e administrativo. Seus principais objetivos definem-se nos verbos “DISCIPLINAR, ORIENTAR, FISCALIZAR e REGULAMENTAR” o exercício da profissão da /o psicóloga/o no Brasil, seguindo os códigos de ética e as resoluções que regulamentam a profissão, tendo como responsabilidade o “zelar pela fiel observância dos princípios éticos” da profissão e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, p1, [online]).

Na Bahia, o Conselho Regional foi instituído em 1973, tendo como o pólo os estados de Bahia e Sergipe. Anos depois foi feito o desmembramento dos dois estados, em função do crescente número de profissionais. As atividades do Conselho Regional da Bahia (CRP-03) servem como mediação entre a sociedade civil e o exercício profissional, e é concretizada através da eleição de chapas de gestão, das quais trabalharão durante três anos para gerir a autarquia local, sendo que o mesmo acontece com o CFP e os outros CRP's. Sobre este dado, consta informe no site do CRP03:

As atividades do CRP-03 são garantidas pelo trabalho de funcionárias/os e conselheiras/os eleitas/os, em número proporcional ao de psicólogas/os inscritas/os no Conselho, para mandatos de três anos. A chapa eleita é responsável pelas decisões políticas voltadas para a efetivação do Plano de Trabalho da Gestão. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA, p1, [online]).

Neste contexto, dentro do sistema conselhos há comissões permanentes e temporárias e dos quais abrigam grupos de trabalho (GTs). Uma das comissões permanentes é a Comissão de Direitos Humanos (CDH), criada na década de 90 pelo Conselho Federal, através da resolução CFP 11/1998 que propunha a mobilização da categoria em prol deste debate, para desenvolver ações e conexões com a sociedade civil e movimentos sociais, “estudando as formas de exclusão (...), e intervir em situações de violação a esses direitos com conseqüente produção de sofrimento mental” (DOS

SANTOS, 2016, p. 16). Incentivando, portanto, a integração de temas relacionados aos Direitos Humanos na prática profissional dos e das psicólogas.

Atualmente, segundo ata de março de 2018 existem oito grupos de trabalhos em funcionamento: Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), Psicologia e Educação (GTPE), Defesa dos Direitos das Crianças e do Adolescente (GTDDCA), Psicologia, Sexualidades e Identidades de Gênero (GTPSIG), Psicologia e Mídia (GTPM), Psicologia e Pessoas com Deficiência (GTPPD), Psicologia Jurídica (GTPJ) e **Psicologia e Relações Raciais (GTPRR)** – em Salvador e Feira de Santana.

Aqui chegamos à localização exata onde atuei como estagiária e onde pesquisei sua atuação frente ao combate ao racismo, culminando hoje nesta monografia: o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais, da Comissão de Direitos Humanos.

## **2.2 GTPRR – Breve História e Ações**

Segundo dados das atas de 2007 do CRP e referências na Cartilha Psicologia e Relações Raciais do GTPRR (2ª edição, 2008), além das entrevistas feitas com uma das fundadoras do GTPRR, Alessandra Almeida concedida a esta monografia e ao projeto “GTPRR, 10 anos de fazeres antirracistas”,<sup>13</sup> foram nos anos de 2005, 2006 e 2007, entre mobilizações e reuniões do CDH na sede do CRP-03, que as/os psicólogas/os, em sua maioria negras/os começaram a fomentar as discussões relacionadas aos Direitos Humanos, trazendo o viés racial com imprescindível ao debate, considerando esta invisibilidade no campo da Psicologia e da atuação do racismo nas subjetividades.

Ao trazer as questões sobre os efeitos psicossociais do racismo na vida dos/das sujeitos/as dentro do debate dos Direitos Humanos, estes/as profissionais questionam o próprio fazer histórico de uma Psicologia que por séculos contribuiu para o desenvolvimento de teorias que sustentavam a existência do binômio inferioridade/superioridade e no qual, segundo Da Mata (2014) calou-se diante da temática, principalmente depois da década de 50 aqui no Brasil.

---

<sup>13</sup> Falaremos deste projeto mais detalhadamente logo em seguida..

Dialogando com esta perspectiva, o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR) surge em 2007 como um dos primeiros grupo da Comissão de Direitos Humanos do CRP03, trazendo a missão de potencializar as questões raciais dentro da Psicologia baiana.

Desse modo, os principais objetivos do grupo são:

(...) garantir uma discussão com profundidade, contribuindo para uma maior visibilidade e reconhecimento dos efeitos psicossociais do racismo como fatores de sofrimento psíquico; convidar amplamente as/os profissionais e estudantes de psicologia para debater sobre a categoria no seu campo de atuação, lidar com as questões raciais que emergirem no seu cotidiano; além de estabelecer parcerias com entidades locais, estaduais e nacionais que atuam no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial (Cartilha Psicologia e Relações Raciais, 2016, p.7).

O GTPRR e os GTs de modo geral, se reúnem com frequência, em tempo semanais, quinzenais ou mensais de acordo com a disponibilidade de cada grupo, na capital e em alguns grupos na cidades do interior, com já posto. Cada grupo trabalha de acordo com as metas traçadas, tais como publicação de livro relacionada a cada GT, organização de debates, rodas de conversa, mesas redondas, participação em ações junto com movimentos sociais, construção de notas de repúdio, oficinas em faculdades, dentre outras, seguindo o planejamento estratégico da gestão (feito a cada início de gestão) e as deliberações da categoria que são feitas a cada três anos, no formato de conferências (CNP – Congresso Nacional da Psicologia, e COREPE – Congresso Regional da Psicologia), sistematizadas em cadernos trianuais.<sup>14</sup>

O debate e ação do GTPRR nestes 10 anos de existência especificamente no começo da criação e sistematização do grupo (2007) e a partir da minha leitura as Atas do Plano de Ação de 2007 do GTPRR, tal como das entrevistas realizadas para esta monografia (onde veremos próximo capítulo) trouxeram temas como vida da população negra, raça e subjetividades, luta manicomial, racismo e sofrimento psíquico para as reuniões e debates voltados para a invisibilidade do racismo na prática profissional do/da psicólogo/a.

Nos 10 anos de existência do GTPRR, o grupo construiu diversas ações relacionadas a formação e conscientização racial voltadas para profissionais e estudantes de Psicologia, e ao público interessado, dentro e fora do Estado: formação e captação de estudantes de Psicologia no território baiano para o debate racial, realizações de eventos temáticos como oficinas,

---

<sup>14</sup> Informações coletadas no site [www.crp03.org.br](http://www.crp03.org.br)

cine-debates, palestras e grupos de estudos em faculdades e ONGS, divulgação e fomentação da resolução CFP 018/2002<sup>15</sup> além da divulgação e produção de materiais para estudo e formação vinculadas às questões raciais na Psicologia (GTPRR).

Portanto, o espaço do GTPRR, enquanto um espaço onde as/os integrantes são majoritariamente pretas e mulheres é um campo fértil de produção de conhecimento e um espaço aberto a toda categoria e todas as pessoas de outras áreas profissionais, de coletivos e militâncias que tenham interesse em se acercar.

### **2.2.1 O Estágio Supervisionado BEGD no GTPRR: experiências de observações e indagações**

No ano de 2016 o CRP-03 e o Bacharelado em Gênero e Diversidade (BEGD) da Universidade Federal da Bahia, incorporaram pela primeira vez, estagiárias do curso à Comissão dos Direitos Humanos (CDH). Essa articulação trouxe diversos benefícios para nós, enquanto mulheres estudantes e para a instituição vinculada (CRP03): tivemos a oportunidade de fortalecer e potencializar o debate sobre as Relações de Gênero desde uma perspectiva feminista e de outros marcadores sociais, a partir das nossas aprendizagens no BEGD, na nossa militância e nos nossos diversos feminismos, e também aprendemos um pouco sobre o fazer da Psicologia, sobretudo no Campo dos Direitos Humanos. Além disso, no nosso currículo obrigatório de estágio previa-se relatórios, diagnósticos e intervenção de estágio onde, a partir de tudo que experenciamos no campo, atuamos de forma significativa, de modo a contribuir com aquele espaço.

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), especificamente nos grupos de trabalhos (GTs) que é constituída por profissionais de Psicologia convidados/as, membros dos movimentos sociais, estudantes etc., que nossa atuação como estagiárias se incidiu. A princípio nos foi dada, pelos supervisores de estágio, livre circulação pelos GTs, conhecendo-os e observando-os para, no semestre seguinte escolhermos um grupo de trabalho definitivo para atuação do estágio. Nesse panorama, na condição de estagiária círculo pelo GT

---

<sup>15</sup> Como já mencionamos no 1º capítulo, a resolução CFP discorre sobre atuação do/da profissional de Psicologia frente ao preconceito e discriminação racial.



Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), mas optei pelo GTPRR para experienciar o campo de estágio, atuando durante um ano e meio.

Na dinâmica semanal do campo de estágio tínhamos a responsabilidade de participar continuamente das reuniões dos GTs escolhidos para atuação, além da nossa liberdade em consultar a biblioteca do CRP, à fim de nos acercarmos com o campo da Psicologia. De modo geral, minha atuação no campo de estágio se constituiu nestas consultas a biblioteca, na participação em eventos realizados pelo CRP03, com diferentes temas no campo da Psicologia como sexualidade, saúde mental, gênero, raça e principalmente na atuação, circulação, observação do GTPRR (mesmo este não se reunindo regularmente) onde pude construir, entre outras ações, um projeto de intervenção de estágio.

O projeto de estágio denominou-se “GTPRR, 10 ANOS DE FAZERES ANIRASCISTAS” (ver imagens do evento logo abaixo), onde realizei uma homenagem ao grupo, com a construção de um vídeo-documental sobre a história e trajetórias individuais e coletivas ao longo dos 10 anos de existência GT, além de uma mesa de debate com as/os integrantes de diferentes gerações do GT, onde falavam sobre suas trajetórias e a importância do GT de raça no combate ao racismo, e mais uma exposição de livros relacionados às temáticas raciais na Psicologia, idealizado por mim e organizada pela bibliotecária do CRP03. O projeto de intervenção foi realizado no dia 30 de novembro de 2017, na metade do segundo semestre de estágio, como parte do conteúdo obrigatório. Teve a orientação de Renan Vieira, supervisor de estágio, psicólogo e ex integrante do GTPRR, além de colaborações das/dos integrantes para realização das entrevistas e organização da mesa: Alessandra Almeida, Valter da Mata, Renan Vieira, Laura Augusta, Edlamar França, Djean Ribeiro, Alexandre Pereira, Marilda Castelar, Darlane Andrade, e outros/as que colaboram indiretamente para a realização do projeto.

Pude apresentar aqui o cenário da minha atuação como estagiária do CRP03 e do GTPRR, tal como os motivos, em termos de perguntas, que levaram a construção deste trabalho. No próximo capítulo analisarei especificamente algumas contribuições do grupo no combate ao racismo, sobretudo no campo da Psicologia a partir de alguns diálogos realizados e entrevistados as/os integrantes do GTPRR e transcritas para esta monografia.



**Imagens 1:** Trechos do vídeo-documental **GTPRR 10 ANOS DE FAZERES ANTIRRACISTAS**, exibido em novembro de 2017 em comemoração aos 10 anos do GTPRR. Link para assistir: [https://www.youtube.com/watch?v=wYPia7s7\\_ks](https://www.youtube.com/watch?v=wYPia7s7_ks)



**Imagens 2: Mesa de debate com as/os integrantes do GTPRR e exibição do vídeodocumental. Sede do CRP. Novembro/2017.**



**Imagens 3: Exibição de livros e comemoração dos 10 anos do GTPRR, no projeto de intervenção BEGD. Sede do CRP, novembro/2017.**

### **CAPÍTULO 3**

#### **SOBRE AS PERSPECTIVAS DAS/DOS INTEGRANTES: ANÁLISE DE DADOS**

Neste capítulo trago análise das entrevistas realizadas para esta monografia. Proponho trazer a relevância dessa coleta de dados, no que tange a algumas ações construídas do GTPRR ao e no qual tem contribuído potencialmente para o combate ao racismo e todas as suas manifestações nas instituições profissionais e científicas, nos espaços acadêmicos e de formação, e todos os outros espaços de atuação que envolva o/a profissional de Psicologia. Há também um grande interesse pessoal (político) que circunda em observar as trajetórias através das entrevistas coletadas das mulheres negras e psicólogas que atuam ou atuaram no GTPRR, e as ações desenvolvidas dentro do mesmo para o combate ao sexismo e ao racismo conjuntamente. Portanto, para compreender as ações do GTPRR e trazer visibilidade ao grupo, se faz de extrema importância observar também quais ações voltadas para as mulheres negras e psicólogas dentro do mesmo.

Como já pontuamos, o racismo e o sexismo atuam em várias instâncias de forma entrelaçada, imbricada, ou seja, de forma interseccional. Em muitos momentos na relação em sociedade, nós mulheres negras experienciamos situações de opressão e subalternização devido aos nossos pertencimentos raciais e de gênero. Compartilho que mais que uma ideia de superposição de opressões como, além do racismo, o sexismo, LGBTQfobia e outros eixos que venham oprimir e potencializar o nosso sofrimento está a ideia de que em determinado lugar, condição ou situação estaríamos na confluência, “na esquina” dessas duas avenidas (sexismo e racismo) e viveríamos simultaneamente esses dois eixos de opressão (KRINSHAW apud PISCITELLI, 2015). Tudo isso para compreender que dentro do GTPRR, existem mulheres negras e a forma como o racismo incide sobre elas, dentro e fora da Psicologia pode (talvez) se manifestar de maneira muito diferenciada do que os homens integrantes do mesmo grupo. Esses pontos são proposições aqui apresentadas e também constituem os objetivos principais deste trabalho, onde também surge no profundo vínculo com minha própria experiência no mundo.

Nesse sentido, compõe a estrutura deste terceiro capítulo da seguinte maneira: primeira parte em “As entrevistas” situarei e descreverei os lugares e contextos em que essas entrevistas foram realizadas e trarei um quadro para traçar o perfil das pessoas das quais me

concederam os relatos, descrevendo seus pertencimentos sociais/políticos, como formação, nacionalidade, gênero, cor; e Na segunda parte, adentrarei nas análises de dados, onde trarei a descrição e interpretação do conteúdo das entrevistas e transcritas, para cumprir os meus objetivos nesta monografia, onde se dividirá em tópicos: “Trajetória de Chegada ao GTPRR”, “Espaço do CRP03”, ”As questões raciais na Psicologia”, “Ações do GTPRR”, “Desafio da inclusão das questões de gênero no GTPRR: relatos das entrevista”.

### **3.1 As entrevistas**

As entrevistas filmadas foram realizadas na sede do CRP-03, no exercício do estágio, especificamente entre os meses agosto/2017 e junho/2018. Foram concedidas materiais de áudio visual, como câmera, tripé e cartão de memória pela própria instituição. Com o apoio de muitos profissionais que ali trabalhavam como a bibliotecária, na organização do espaço para a filmagem e a jornalista no empréstimo dos materiais, pude realizar as entrevistas em tempo ágil. Foram entrevistadas quatro pessoas integrantes, e duas ex-integrantes do Grupo.

No decorrer das participações e algumas reuniões do GTPRR, me aproximei de algumas pessoas, onde tracei diversos diálogos a respeito da história do GTPRR. Estive observando-as na suas funções, nas trajetórias dentro do grupo (tempo de participação) e na função que ali desempenhavam. Consultei, então, sobre a disponibilidade e interesse em colaborar com meu estudo, agendando assim, as entrevistas.

Para esta monografia escolhi três pessoas dentre as entrevistadas, duas mulheres e um homem integrantes do GTPRR há mais de cinco anos. As três pessoas chegaram no GTPRR em diferentes gerações como verão no quadro abaixo. A faixa etária das/dos participantes é de 25 a 45 anos e todas/o são negras/o. As/os três possuem formação em Psicologia e são mestrandas/os atualmente na UFBA e todas autorizaram a exposição dos seus nomes e perfis. São elas/e: Alessandra Almeida, Djean Ribeiro e Laura Augusta:

	ALESSANDRA ALMEIDA	DJEAN RIBEIRO	LAURA AUGUSTA
<b>Gênero, Cor, Idade e Nacionalidade</b>	Mulher; Negra; 45 anos, baiana	Homem, Negro, 32 anos, baiano	Mulher, Negra, 25 anos, baiana
<b>Formações</b>	Psicóloga, Especialista em Saúde Coletiva, Terapia Cognitiva e Comportamental e em Psicologia de Trânsito. Mestranda no PPNEIM-UFBA.	Psicólogo, Mestrando em Psicologia Social	Psicóloga, co-fundadora da <i>Rede Dandaras Saúde da Mulher Negra</i> ; Mestranda PPGNEIM-UFBA.
<b>Período de chegada no CRP03; Função no CRP03 e/ou GTPRR</b>	Compõe o conselho há mais de 10 anos. Atual presidenta do CRP03, Integrante do GT de Gênero (GTRG);	Compõe o conselho desde o ano de 2010. Conselheiro do CRP-03 e Integrante do GTPRR	Compõe o conselho desde o ano de 2013. Integrante e atual coordenadora do GTPRR
<b>Período e Local das Entrevistas</b>	Primeira parte entrevista realizada em 10 de agosto de 2017, na sede do CRP03 e a segunda parte em 14 de junho de 2018 no NEIM-UFBA.	Primeira parte da entrevista realizada em 18 de agosto de 2017 e a segunda parte em 5 de abril de 2018, ambos na sede do CRP03.	Primeira parte da entrevista realizada em 9 de agosto de 2017 na sede do CRP03 e segunda parte 8 de julho de 2018 no NEIM-UFBA





**Imagem 4:** As/o entrevistadas/o: **Alessandra Almeida, Laura Augusta e Djean Ribeiro** respectivamente. CRP-03, Agosto de 2017.

Tiveram dois momentos para a coleta da entrevista. O primeiro tinha como objetivo compor o documentário “GTPRR 10 anos de Fazeres Antirascistas”, já mencionado. E basicamente os questionários de entrevistas estavam voltados para a história do GTPRR, em seus 10 anos de existência, tal como a trajetória individual de cada um/uma dentro do grupo, a construção do GTPRR dentro da Comissão dos Direitos Humanos e as problemáticas relacionadas às temáticas raciais dentro da Psicologia. Foram quatro perguntas para todos/as os/as entrevistados/as. Segue no quadro abaixo:



<b>PERGUNTAS: 1° PARTE</b>
<b>1° Nome, idade, formação</b>
<b>2° Como chegou ao CRP e ao GTPRR</b>
<b>3° Qual a relevância da questão racial dentro da Psicologia</b>
<b>4° Como você vê as ações do GTPRR nesses 10 anos de existência, e o que você destacaria</b>

Na segunda parte da entrevista, tinha como objetivo coletar dados para esta monografia e compunha perguntas mais específicas, das quais foram transcritas para esse trabalho. A segunda parte foi realizada entre o mês de abril e junho de 2018. Segue abaixo:

<b>PERGUNTAS 2° PARTE</b>
<b>1° O que você sente a respeito do espaço do CRP03?</b>
<b>2° Como as temáticas das relações de gênero tem sido tratadas no GTPRR?</b>
<b>3° Quais ações voltadas para as mulheres negras em sido feita pelo grupo?</b>

No decorrer do diálogo com as/os entrevistados surgiam outras perguntas, de maneira mais informal. Estas questões foram realizadas a partir dos diálogos que fui traçando elas/es, de forma mais espontânea e específica para cada uma/um, como: “Qual foi a importância do GTPRR para sua formação enquanto mulher negra?” como se deu com a entrevistada Laura Augusta; ou “Você acha que as discussões sobre gênero, sobre mulher tinha um viés

feminista?” no diálogo com Alessandra. Essas e outras perguntas poderão ser vistas na transcrição (em “Apêndices”).

### **3.2 Trajetória de chegada ao GTPRR**

A trajetória de chegada ao GTPRR refere-se ao “como” cada entrevistada/o chegou ao grupo. As/os três sinalizam que chegaram a partir da militância, movimentos sociais e até mesmo das questões subjetivas frente às temáticas do racismo. Laura e Djean conheceram o GTPRR através da “Semana De Psicologia” em suas ditas faculdades (Faculdade Ruy Barbosa e UFBA, respectivamente), onde o GTPRR já produzia diversas atividades abordando as temáticas raciais dentro da Psicologia e estimulando os/as estudantes de Psicologia a aprofundarem estas questões, através de dinâmicas, mesa de debates e oficinas:

(...) e essa oficina [Racismo nosso de Cada Dia] era pra ser propositalmente para as pessoas pensarem, sentirem como o racismo acontece tecnicamente entre as relações. E eu vi pessoas chorando, eu vi pessoas se sentindo muito ofendidas, porque a oficina tinha esse propósito de fazer as pessoas sentirem como é que o racismo afeta a pessoa negra. Como é que a pessoa negra se sente naquele momento que o racismo acontece. Então, pra mim foi um momento de muito questionamento.” ( Trecho Entrevista à Laura Augusta, 2017, p. 1).

Djean Ribeiro, aponta que no primeiro dia ao chegar na sede do Conselho de psicologia, se surpreendeu com a circulação e reunião de pessoas pretas no conselho, a reunião do GTPRR: “que galera massa!” ( 2017, p.1). A partir desse dia decidiu participar do GTPRR, por total empatia e interesse em debater a questões raciais.

Já a chegada de Alessandra Almeida, uma das fundadoras do GTPRR, se deu primeiramente no Conselho a partir do seu envolvimento com os movimentos sociais, onde destaca o trabalho com mulheres do Movimento Sem Teto da Bahia (MST). O trabalho também realizado no CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), a fez ser convidada por Valter da Mata, no qual, nessa época já compunha o CRP03 como conselheiro. Alessandra pontua que foi uma das primeiras psicólogas negras a chegar ao conselho de psicologia da Bahia e que as atuações que começou desenvolver dentro do mesmo a ajudou a compreender a importância de ser representatividade:

Quando eu cheguei aqui, não parece, mas eu sou uma pessoa tímida e tenho muita dificuldade de falar em público. Mas logo que eu cheguei aqui, praticamente, a única

mulher preta, psicóloga. E, inclusive agradeço aos meus colegas e a minha colega Marilda, do quanto eu tomei pra mim essa obrigação de ser representatividade. (...) Eu me sinto muito lisonjeada, de pelo menos ter sido, aqui nesse espaço na época das poucas psicólogas negras assim, me mostrando, né?! Eu acho que representatividade é sempre importante e essa foi uma tarefa de vida pra mim. (Trecho da Entrevista, 2017, p.4.)

A entrevistada pontua que chegou ao Conselho num momento que havia somente a Comissão de Direitos Humanos, sem a existência dos GTs. Ela, juntamente com outro grupo de pessoas como Marilda Castelar, Valter da Mata, Darlane Andrade (e muitos outros/as) fomentaram as principais temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, como as questões de gênero, raça, saúde, sexualidade etc., onde posteriormente foram sendo esquematizados os grupos de trabalhos e suas funções.

### **3.3 Espaço do CRP03**

Os relatos sobre a percepção do espaço do Conselho especificamente por parte das/o entrevistadas/o nos trazem algumas confirmações a respeito da própria construção histórica da Psicologia aqui no Brasil e que ainda traz muitos resquícios das diversas formas em que o racismo e o sexismo se apresentam.

A gestão atual do CRP03 (XV Plenário - Psicologia em Movimento; 2016-2019) teve como presidente, no seu início em 2016, Valter Da Mata e a vice, Alessandra Almeida. A partir de março de 2018, esta última foi eleita pelo plenário como presidenta, Eric Gamaliel como vice e Valter Da Mata assumiu a função de conselheiro secretário, tendo também a conselheira Glória Pimentel compondo a diretoria como tesoureira. Todas/os são negras/os.

Em entrevista realizada com Valter da Mata, à época presidente, afirma que a gestão vem se esforçado para garantir que o debate racial e de gênero estejam como pautas imprescindíveis nas ações do Conselho, garantindo também uma paridade racial e de gênero na ocupação dos cargos. Mas algo que é muito latente nos Conselhos de Psicologia são os cargos de nível superior que são por ocupados por homens brancos e mulheres brancas, sendo os primeiros, maioria. De acordo com a entrevista de Djean:

Nossa gestão, tem promovido a equidade racial, no quadro de funcionário (...). Se você vê os funcionários hoje, boa parte dos funcionários são negros, com exceção, que não é à toa, dos cargos de nível superior. Porque nós temos três psicológicos na

orientação fiscal, os três são brancos, são duas mulheres e um homem. A comunicação de nível superior também é uma pessoa branca, o jurídico, a contabilidade são brancas, mas porque são funcionários que são efetivos, são concursados, mas as outras possibilidades de inserção de novos membros nesse corpo de funcionários, por incrível que pareça são negros e negras. Eu acho que de nível superior, aqui no conselho, que ocupa cargo, se não me falhe a memória, só [R] que é da biblioteca. (Trecho da Entrevista feita com Djean, 2017, p. 3.)

Alessandra Almeida, atual presidenta do Conselho de Psicologia da Bahia, reafirma uma mudança significativa no Conselho, em comparação das gestões anteriores onde tem circulado mais mulheres e homens negros/as. Mas ainda assim, entende que mesmo com todos os esforços que a gestão atual tem feito para garantir o lugar das mulheres e das pessoas negras nas pautas das ações do Conselho e na Psicologia em geral, ainda tem muito para avançar. Sendo a Psicologia, quase 80% de mulheres e brancas “não é de se estranhar que aquele espaço que é da categoria profissional, essa branquitude não se expressasse” (p.2, 2017).

Embora sendo um espaço que circule maioria mulheres, como um espelho da própria categoria, onde já desde meados da década de 80 aqui no Brasil, se afirma que a Psicologia é uma profissão feminina (ROSEMBERG, 1984; CASTRO e YAMAMOTO; 1998) sabemos que os espaços de poder, os espaços políticos nem sempre são reservados às mulheres. E mesmo circulando maiorias mulheres, os cargos hierarquicamente mais prestigiosos são ocupados por homens.<sup>16</sup> Para Alessandra os motivos são diversos:

É [a] invisibilidade das mulheres no lugar de poder, mas é algo que é do desempoderamento das mulheres na política do nosso país, que é um cenário mais amplo, conjuntural. Muito embora a Psicologia seja uma profissão de mulheres, nesses espaços de saberes, nesse espaço político, muitas vezes a gente encontra a presença de homens. Na verdade muitas vezes os homens são convocados para estar. (Trecho da Entrevista, 2017, p.1.)

Quando as/o questioneei a respeito de alguma experiência de preconceito no CRP03, as/os entrevistadas negaram qualquer tipo de sofrimento advindo do racismo, sexismo ou outra forma de preconceito, mas me trouxeram alguns relatos:

(...) Tem das pessoas estranharam, por exemplo, quando estar numa cerimônia de entrega de carteirinha, as pessoas estranharem. Hoje eu estou na presidência do CRP, então quando o fiscal me apresentou, um homem branco que estava ali naquele

---

<sup>16</sup> Atualmente são 12 regiões (estados nacionais) em que os cargos de presidência são ocupados por mulheres. Os outros 11 estão ocupados por homens.

espaço de fala, de boas vindas, explicando o que é que o Conselho faz, como é que o Conselho atua, aí eu cheguei e ele me apresentou como presidente do Conselho, as pessoas meio que... fazendo assim ... [cara de estranhamento]. (Entrevista feita com Alessandra Almeida, 2018, p.3)

Djean Ribeiro traz algumas situações vividas, devido sua condição, na época, de estudante de Psicologia:

Eu acho que no início quando entrei aqui no Conselho, 2010 pra cá, principalmente na condição de estudante, eu percebi uma discriminação porque eu era estudante, (...) Mas eu questionava muitas vezes isso: 'poxa, mas fulano tá falando de um lugar na qual ele não pertence' Então, você vai falar de cabelo e a pessoa que tá falando de cabelo, no sentido do processo identitário, tem um cabelo alisado, não sente as agruras do que é sustentar um cabelo crespo... Então, eu criticava isso e ao mesmo tempo que eu criticava isso eu era meio que colocado de lado, eu era diminuído no meu discurso porque eu era estudante. (Trecho da Entrevista, 2018, p. 2.)

Percebe-se que sendo um espaço que representa a própria categoria como todo, que, como já mencionamos se expressa em sua maioria branca e elitista, e mesmo circulando temáticas relacionadas a gênero, raça, identidade, e todos os outros temas vinculados aos Direitos Humanos, através das próprias ações do Conselho principalmente dos GTs e também com todos esforços da gestão atual (onde possui a diretoria composta por pessoas pretas) - algumas situações de constrangimento advindo do racismo (como o estranhamento de algumas pessoas brancas, trazido por Alessandra) ainda se manifestam.

Mas, como afirma Djean “não é a presença das pessoas brancas em si que tornam o ambiente problemático, mas a estrutura "branca" que tenta racionalizar os processos” (Entrevista a Djean, 2018, p. 1). Ou seja, os sistemas de ideologias racistas que está presente nas instituições de poder se expressam de diferentes maneiras, de maneira acentuada ou não, os próprios racismos que os compõe.

### **3.4 As questões raciais na Psicologia**

As/o três entrevistadas/o reconhecem a ausência problemática das questões raciais, principalmente no viés racismo, dentro da Psicologia como ciência e profissão. Como trouxemos nos capítulos anteriores, o campo do fazer psicológico tem negado o racismo como provocador de diversos sofrimentos (DA MATA, 2014), além de não trazer no campo das formações (graduações), um currículo em que aborde especificamente as questões raciais

(CASTELAR; SANTOS, 2012) que tratem, por exemplo, dos resquícios da escravidão e do genocídio da população negra; do impacto na organização política, social, subjetiva e da saúde das pessoas negra; das questões das mulheres negras e do lugar em que nós estamos ocupamos no sistema social, ou até mesmo das epistemes negro-referenciadas, ou produções de conhecimentos que vem sendo produzidas ao longo dos anos por mulheres e homens e pretos e que não são lidos, estudados e trazidos no campo da formação em Psicologia.

Para a entrevistada Laura Augusta, a Psicologia que se ensina hoje nas graduações, na qual se acaba reflete na prática profissional, é uma Psicologia que está pautada em uma ideologia racial branca e que muitas vezes não se vincula com nossa constituição de povo brasileiro, principalmente aqui, na cidade baiana, onde a expressão negra é tão pulsante:

(..) E daí nós temos um problema grande que é dialogar com ideologia que não tem nada a ver conosco e com nossa identidade social. Uma identidade social de pessoa negra, pessoa negra que vive um lugar de negação o tempo inteiro. E viver isso dentro a academia e ter o GTPRR como um espaço de discussão é fundamental, justamente por conta de que a Psicologia precisa refletir sobre isso. (Trecho Entrevista 2017, p.1,)

A constituição histórica das ciências psicológicas frente à população negra e suas especificidades são apontadas pelas/o entrevistadas/o como algo problemático. O “eurocentrismo” como uma das características das ciências, tem trazido diversos danos à população negra, população essa que vive um processo de subalternidade cruel decorrido de um complexo processo de exclusão social. Os estereótipos elaborados no passado (e até hoje) sobre as pessoas negras, como gente propensa a preguiça, violência, sexualidade exarcebada, etc. e o próprio sofrimento destas pessoas sendo compreendidos sempre no âmbito da “psiquiatria ou da psicologia social comunitária”, segundo a entrevistada Laura Augusta (2017, p.2) é um fato que os/as profissionais de Psicologia hoje sendo em sua maioria pessoas brancas, devem atentar-se sobre como e de que forma as ciências psicológicas foram construídas e, reconsiderar que o racismo é um fato existente na nossa história. Ou seja, de modo geral, os/as profissionais devem compreender que o processo de dor psíquica da população negra é intensificado sim pelo racismo, e por todas as outras opressões que se vinculam a ele, como sexismo, classismo etc.:

Se antes a psicologia já não era pensada para nós população negra, porque dizia que a gente não tinha alma, dizia que a gente não precisava ou colocavam nossa

identidade sempre no âmbito da psiquiatria como uma patologia, (...) dentro de uma caixa voltada sempre para o adoecimento psíquico, não pra falar de racismo como fator de processo de adoecimento, ou construção de identidade, personalidade, subjetivação de identidade. Esse fator raça enquanto construção a Psicologia ela vem se omitindo [e vinculando] a psicologia social comunitária, o que também é um pouco omissa quanto a isso, gosta muito de falar de classe, porém quando chegamos na interseccionalidade entre raça e gênero nós temos um grande vazio, um grande vão. O que, ou é muito pouco, sucinto, muito genérico, ou a gente tem uma produção que não é honesta, que é feita por uma pessoa que não tem a menor aproximação com essa realidade, geralmente é uma pessoa branca, é um cara e aí o diálogo fica completamente controverso. (Trecho da Entrevista, Laura Augusta, 2017, p. 2)

Djean Ribeiro e Alessandra Almeida também reafirmam a invisibilidade das questões raciais na Psicologia como algo recorrente e destacam os espaços como o do GTPRR como um espaço que ajuda a repensar as práticas profissionais e o próprio conhecimento psicológico, de forma a incluir e legitimar as histórias, demandas, experiências e subjetividades das pessoas negras:

(...) todo estudante, todo profissional que chega aqui e se percebe ou é afetado pela questão do racismo e entende a partir daí, que não existe uma Psicologia que as possa excluir isso do seu conhecimento (...). Entende que o sofrimento causado pelo racismo e sexismo não é algo que a Psicologia deva abrir mão, negligenciar. Eu acho que é um pouco o que a gente foi fazendo, talvez sem sentir, um processo de decolonização, que inclusive propõe Fanon, do conhecimento psicológico (Trecho da Entrevista feita com Alessandra Almeida , 2017, p.1)

Desse modo, o espaço do GTPRR se tornou um espaço potente para discutir o silêncio histórico da Psicologia frente às questões raciais, onde diversos profissionais, mulheres homens negros e não negros/as, jovens, adultos se beneficiaram com as provocações feitas pelo GTPRR, no que tange a transversalização da temática na prática profissional.

Por outro lado, Djean pontuou que houve uma necessidade do grupo em debater as questões raciais além GTPRR e Conselho: “[estamos] falando sempre para as mesmas pessoas... fazemos os debates aqui e são as mesmas pessoas que vem. Então já que as pessoas não vêm, vamos pra fora, vamos lá até as pessoas?” (Entrevista Djean Ribeiro, 2017, p.7, ). Para o entrevistado, havia uma necessidade que o GTPRR promovesse espaços de discussões/ações em outros lugares vinculados à categoria. E os principais espaços em que o GTPRR atuou, nesse movimento de “ir para fora” foram as instituições de ensino como universidades, faculdades, escolas, etc. em diferente programas, eventos e intervenções como

“Semana de Psicologia”<sup>17</sup> ou a comemoração do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, trazendo debates sobre saúde da população negra, território, racismo, educação popular dentro e fora do CRP03.

---

<sup>17</sup> A “Semana de Psicologia” refere-se a um evento promovido e organizado por estudantes de graduação de Psicologia e apoiado pelo seu respectivo departamentos. Acontece de forma gratuita e normalmente no começo do semestre, onde também coincide com entradas de calouras/os ou no final de agosto, em que se comemora o dia da profissão (27 de agosto). Tem como principal objetivo trazer debates que não estão na grade curricular do curso e que são relevantes para a formação do/da psicólogo/a.



### 3.5 Ações do GTPRR

Desse modo, os relatos concedidos a respeito das ações ou práticas exercidas pelo GTPRR no decorrer dos últimos anos, teve unanimidade nas respostas. Em geral, para todas/os entrevistada/os a efetividade das ações do GTPRR no que se diz ao combate às diversas formas da atuação do racismo dentro (no campo das práticas profissionais do/a psicólogo/a) e fora (na relação geral em sociedade) – existe e tem tido resultados positivos principalmente no campo da formação (através de debates, oficinas, seminários, simpósios) em que o grupo tem produzido.

Para a maioria delas/os as participações a mencionada “Semana de Psicologia” da UFBA têm sido momentos importantíssimos para o GTPRR, onde trouxe visibilidade para o grupo e através das oficinas, roda de debates e seminários tem-se produzido um espaço de troca e formação potente com as/os estudantes de graduação:

(...) Como a gente tinha muita vinculação com UFBA, todo ano o GTPRR estava lá. Seja pra falar do Conselho, da estrutura do Conselho, espaços extra sala de debate e formação, ou seja para levar o debate das relações raciais, pra deixar as “sementinhas” lá, como deixaram em mim... as bombas... para que essas bombas explodissem ou ecoassem nas aulas ou nos espaços de produção de conhecimento. (Trecho da Entrevista feita com Djean Ribeiro 2017, p.7)

Para Alessandra Almeida, esses espaços de formação, de debates sobre as questões raciais realizados dentro e fora do grupo transformaram atitudes, dentro do próprio Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Para ela, a presença e seriedade do GTPRR em debater os questões raciais vinculados a temáticas como, representatividade, saúde mental, desigualdade social, e a própria circulação de mulheres e homens negras/os no Conselho provocou o mesmo a repensar suas práticas frente a orientação do/da psicólogo/a: “Hoje quando a gente pensa, por exemplo, na comunicação visual do Conselho, a gente pensa na questão racial, quando a gente pensa em transtorno mental, a gente obrigatoriamente pensa, recorre, pauta a questão racial”, diz Alessandra.

Ao trazer as problemáticas históricas sobre a questão racial na Psicologia, o GTPRR, tem se articulado, também com outras áreas de saber, reconhecendo as limitações da

Psicologia frente às temáticas. Essa articulação se dá seja no uso de referências teóricas ou na própria inclusão de outras temáticas:

É importante falar desses espaços de ações, que a gente sempre procurava e a gente entendia que não tinha como fazer o debate das relações raciais se não fosse por essa via de dialogar com outras áreas de saber, com antropologia, com educação, com sociologia, porque a Psicologia por si só ela não dá conta de falar [das] relações raciais... ela não dá conta! Ela precisa dialogar o tempo todo com a sociologia, com as outras áreas do saber pra entender o que é esse ser humano de interação com a sociedade. (Trecho da Entrevista a Djean Ribeiro, p.8, 2017)

Todas/o as/o entrevistadas destacam a Cartilha de Psicologia e Relações Raciais (1º e 2º edição) como também um dos principais feitos do grupo em duas diferentes gestões (1º edição em 2008 e a 2º edição em 2016), nas quais foram organizadas pelos/as integrantes do GTPRR com apoio do Conselho.

A 2º edição do manual tem 46 páginas, e é constituído por diversas produções feitas no campo da Psicologia com viés antirracista e étnico referencial, e apresenta uma série de bibliografias: artigos, livros, dissertações acadêmicas, documentos, dossiês etc., além de referências de filmes e documentários, que abordem a temática. As características (políticas) da Cartilha ou como conhecida, “Guia de Referências Técnicas”, são as referências de produções feitas por pessoas negras, no Brasil e em outros países. Segundo os/as integrantes foi a primeira a ser produzida no Sistema Conselho do Brasil<sup>18</sup>.



**Imagens 4: Cartilha de Relações Raciais, 2ª edição, 2016.**  
Site de Referência: <https://www.crp03.org.br/>

<sup>18</sup> A Cartilha se encontra disponível e online no site do Conselho. Acesse: <https://www.crp03.org.br/img/Cartilha.pdf>

A cartilha está fundamentada sobre a resolução CFP 018/2002, na qual discorre sobre atuação do/da profissional de Psicologia frente ao preconceito e discriminação racial, assim todo/a profissional de Psicologia pode ter acesso às referências sobre relações étnico raciais para transversalizar este debate em sua atuação profissional.

Por outro lado, sobre o marco das ações do grupo, Alessandra enfatiza que mais do que a existência da cartilha, onde se destaca como uma das principais produções do grupo:

(...) eu diria [que foram] as provocações que ao longo desse tempo inteiro temos feitos. Eu acho que foram todos os eventos que nós fizemos aqui, mas foram todos os outros espaços que nós estivemos e que pautamos a questão racial. E pautamos a questão racial porque debatíamos a questão racial com afinco, com interesse, com seriedade. Então assim, para além das cartilhas, das produções escritas que nós temos, eu acho que mudou tudo. (Entrevista a Alessandra Almeida, 2017, p1.)

E apesar da Cartilha apresentar uma lista de livros e artigos voltados para a temática racial, vê-se algumas limitações. Há pouquíssimas obras voltadas para as mulheres negras especificamente, estando de mais de 50 obras mencionadas, entre livros, dissertação de mestrado e teses doutorado, somente quatro fazem menção a palavra “mulher”, ou outra palavra que esteja vinculado socialmente a mesma, como: “mãe” e “feminino”. São elas: *A presença do racismo na trajetória de mulheres negras no mundo do trabalho: possíveis contribuições da Psicologia* (Autora Taíse dos Anjos, 2006); *A liderança das mães de santo: dilemas e paradoxos na construção da identidade negra* (Autora Márcia Salete, 1995); *Ecos da hipertensão: a vivência de mulheres negras no Rio de Janeiro* (Autora Adriana Sampaio, 2009); *Mulheres indígenas xerentes: narrativas culturais e construção dialógica da identidade* (Autora Tereza Sifuentes; 2007); *O caminho das águas: estereótipos de personagens femininos negros na obra para escritoras brancas* (Autora Edith Silveira, 1995).

Estas cinco obras representam uma porcentagem muito pequena em relação a todas as obras que são mencionadas nas duas cartilhas e é mais uma das consequências da invisibilidade e apagamento das questões raciais interseccionalizadas com as de gênero, na Psicologia no Brasil, onde pouco se tem pensado e produzido a respeito.

Mas as cartilhas não somente apresentam obras de psicólogas e psicólogos voltadas para as questões raciais no campo. Há também um tópico “Bibliografias que Complementam a Compreensão da Temática” (Cartilha, 2016, p.29) que são trazidos uma lista de autores e autoras que não são do campo das ciências psicológicas, mas fomentam através das suas

obras, a discussão racial. Alguns homens, entre os mais conhecidos são Abdias Nascimento e Kabenguelé Munanga. E entre as mulheres: Ellis Cashmore, autora de *Dicionário de relações étnicas e raciais* (2000); Irene Maria Ferreira Barbosa, autora de *Enfrentamento preconceito* (1997); Lílian Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870/1930* (1993); Maria da Conceição André, *O Ser Negro: a construção de subjetividade em afro-brasileiros* (2008) e Eliane Cavalleiro, *Racismo e anti-racismo na Educação: Repensando nossa escola* (2001). No título destas, (e nos próprios textos mencionados) não vê-se nada relacionada as especificidades das mulheres negras, algo que aborde sobre a nossa experiência específica frente ao racismo. Ou seja, as obras das mulheres trazidas na cartilha, no item de bibliografias complementares, não dizem respeito às especificidades das mulheres negras no âmbito das problemáticas raciais.<sup>19</sup>

Com a construção das cartilhas e diversas outras ações desenvolvidas no campo da formação, como os debates, oficinas o grupo cumpre com a função de “orientar a prática profissional da/do psicólogo/a” (CFP, 2002, p.1) dentro da ordenação do Conselho Federal de Psicologia. Todos os anos, o grupo articula diversas ações voltadas para o debate racial seja no próprio Conselho ou fora dele.

As atividades de orientação desenvolvidas no GTPR com o fim de incluir o debate sobre as relações raciais e promover ações de combate às práticas racistas na Psicologia e na própria sociedade como um todo são importantes para colocar em prática também a resolução 018/2002 do CFP que, como já mencionei, versa sobre como a/o profissional de Psicologia deve atuar frente ao preconceito e discriminação racial. Todas/os as minhas entrevistadas afirmam e concordam que as ações construídas pelo grupo em diferentes gestões e momentos têm contribuído pouco a pouco para inserção da temática racial, sendo o GTPRR um dos principais grupos em fomentar estas discussões no campo da Psicologia baiana.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> A respeito dessa ausência destrincharemos mais abaixo.

<sup>20</sup> Durante o exercício do estágio supervisionado consultei algumas atas do GTPRR nos anos de 2007 (ano de fundação) e outro anos mais recentes como 2014 e 2016 para conhecer mais sobre suas ações realizadas. Porém escolhi focar nas entrevistas onde as transcrevi e analisei para construir dados nesse estudo. Fica como sugestão de pesquisa utilizar as atas do GTPRR, tal como as atas do Conselho como fonte e/ou objeto de estudo.

### 3.6 O desafio da inclusão das questões de gênero no GTPRR

A respeito das ações do grupo voltadas especificamente para as mulheres negras, as/o entrevistadas/o trazem algumas ações pontuais e a dificuldade do grupo em articular essas questões em práticas concretas. São poucas as iniciativas que tratem das questões específicas das mulheres negras frente ao racismo dentro e fora da Psicologia.

Laura Augusta entende que a discussão ainda se centra na questão geral do “povo negro”, tendo uma grande dificuldade de segmentar ou de trazer as interseccionalidades nas discussões, e afirma:

Eu sinto que o GTPRR poderia fazer mais. A discussão sobre relação racial ainda está muito na questão do sofrimento racial, enquanto povo, no sentido de grupo, do que pensando interseccionalmente. Em algumas exceções eu acredito que os trabalhos são construídos nessa perspectiva [de gênero] e compreende-se muitas vezes, por exemplo, para pensar a saúde da população negra é necessário primeiro, pensar enquanto povo pra depois pensar as interseccionalidades entre homens e mulheres, pessoas LGBTs, pessoas trans e por ai vai... (Trecho da Entrevista de Laura Augusta, 2018, p. 3)

Laura Augusta que é atual coordenadora do GTPRR, e participa do grupo há mais de cinco anos, afirma que o mesmo está passando por um momento bem importante de reconstrução de valores, objetivos, missões, no qual as questões de gênero chegam ao diálogo, mas não se efetiva em termos de práticas:

Quando nós falamos das questões de gênero, eu sinto que ainda está muito aquém do que poderia ser feito, sabe? Apesar de algo existir com GT de gênero do Conselho e outras iniciativas de outros lugares que nós fazemos parte, ainda sentimos que poderia ser feito muito mais. (Laura Augusta, p. 3).

A problemática da inserção da pauta de gênero nas atividades do CRP não é recente. Alessandra Almeida nos relata que há mais de dez anos, quando juntamente com outras mulheres psicólogas se mobilizaram para construir o Grupo de Trabalho Relações de gênero e Psicologia (GTRGP) no Conselho, houve diversas repercussões:

(...) Agora essa resistência, e eu vou colocar como uma questão de gênero, [foi] quando a gente tinha fundado o GT de Gênero que originalmente era ‘Mulheres, Relações de Gênero e Psicologia’, justamente porque a gente queria uma categoria de mulheres, dar visibilidade às mulheres, ‘desinvisibilizar’ as mulheres e marcar que era um grupo que trabalharia com um viés feminista, [e] logo na chegada disseram

que a gente queria, isso teve uma repercussão muito negativa: ‘A gente não pode fazer política só pra uma parte da categoria’. ( Alessandra Almeida, 2018,p3, )

Desse modo, segundo a entrevistada, desde o começo da fundação dos GTs da Comissão dos Direitos Humanos houve diversas resistências e entraves na implementação das questões das mulheres na Psicologia, através de atitudes de reelaboração e reeducação sob um viés feminista, onde as noções sobre a ciência psicológica inserissem as pautas e demandas específicas das mulheres na prática profissional e no fazer da Psicologia em geral e afirma: “Quando a gente trazia, marcava aquele espaço como um espaço que a gente precisava psicoeducar ou formar a nossa plenária pra ter uma visão e uma escuta mais elaborada pra essas questões, foi pau!” (Alessandra Almeida )

Alessandra, que como já mencionamos, foi também uma das fundadoras do GTPRR, onde nas entrevistas traz algumas memórias relevantes sobre sua fundação e história, nos induz a um dos múltiplos pontos-chave para compreender os motivos em que a pauta de gênero, desde o começo, não vem sendo trabalhada com especificidade no GTPRR:

(...) uma coisa é bom marcar que, inicialmente o GTPRR foi coordenado por homens. Então esse debate de gênero, não havia o domínio sobre a própria discussão, eu observo isso. E eu acho que tinha uma outra coisa, que era colocar na centralidade do debate, a questão racial. Não sei como essas duas coisas podem ser indissociáveis, mas a gente já ver inclusive, uma mudança nesse perfil (Alessandra Almeida)

Alessandra traz a recordação que, inicialmente as questões das mulheres, como saúde, identidade, desigualdade etc. eram trazidas pelo GT de Gênero, no qual estimulava o GTPRR a incluir o debate sobre as mulheres nas pautas e ações do grupo (e vice versa: a inclusão das questões raciais no GT de gênero) e traz a lembrança: “logo que a gente começou funcionar, o gt de gênero, que uma coisa que a gente fazia era, vamos trazer o GT de Relações Raciais e sempre convocá-los para estar nesse debate pautando interseccionalidade, né?” (p.3) e reafirma que inicialmente as questões de gênero no GTPRR “não chegavam... elas chegavam quando a gente chamava.” (p.4).

Por outro lado, o entrevistado Djean, que chega ao grupo posteriormente à chegada de Alessandra, no ano de 2010, reconhece a escassa produção do grupo em torno das temáticas de gênero, mas menciona debates acontecidos a respeito do tema e destaca uma intervenção

feita pelo grupo em 2011, que envolvia a temática de gênero e raça numa intervenção na faculdade Anísio Teixeira (em Feira de Santana, Bahia), onde organizou o debate juntamente com outros/as integrantes:

E eu lembro que eu fiquei com a tarefa de coletar imagens de propagandas que envolvesse mulheres negras pra a gente apresentar, porque a gente estava fazendo o debate teórico conceitual, mas gente também queria mostrar como isso acontecia na prática, e que acontece infelizmente. E eu me empolguei tanto que eu fui ver propaganda do século dezenove. Porque tem propagandas bem recentes, propaganda da Devassa que coloca na cerveja a loira, a ruiva e a negra, e a cerveja [negra] tinha uma coisa que era assim, “Essa preta saiu de boa para melhor”. E o rótulo da cerveja é um corpo da mulher negra, um corpo seminu. (Trecho da Entrevista de Djean, 2018, p. 5)

Esse foi o único evento que Djean destacou na entrevista (além das rodas de debates sobre gênero e raça no grupo, das quais também menciona Laura (2017, p.3):

Se não me falha a memória foi uma das primeiras vezes que eu abordei a temática de gênero, de forma superficial, incipiente. E quando a gente [o GTPRR] montava a apresentação, fazia o debate, porque a gente sempre fazia um debate pra se preparar, eu ficava meio relutante assim, “pow, mas isso também acontece com homem negro”. (Trecho da Entrevista, 2018, p.7.)

Segundo o entrevistado, as abordagens e ações sobre as mulheres negras especificamente no GTPRR (p5, 2018) existem <sup>21</sup>, mas não são recorrentes, onde as principais pautas tanto dos debates realizados no Conselho, como das ações desenvolvidas em oficinas, seminários nas faculdades e outros espaços em que o grupo atuou, circula em torno da temática racial. E afirmou que em cinco anos, tempo onde começou a se acercar a essas questões, (no qual coincide também com o tempo de participação no grupo) diversos questionamentos e transformações nos aspectos subjetivos do entrevistado foram acontecendo, principalmente no tocante as “masculinidades” como uma das temáticas de gênero que, para ele, quase não são trabalhadas: “(...) quando você fala de gênero, esse é um debate muito caro para nós homens negros porque a gente não consegue fazer um debate mais substancial que é sobre nossas masculinidades.” (Trecho Entrevista 2018, p. 6).

Assim, a pauta das masculinidades, para pensar principalmente a relação dos homens negros dentro das questões de gênero, segundo Djean:

---

<sup>21</sup> Fonte: Acervo Online do Conselho Regional de Psicologia. Acesse: <https://www.crp03.org.br>.

(...) ainda é um tema muito difícil e que está dentro da temática de gênero e raça. O quanto que as nossas masculinidades, inclusive as heteras, elas são construídas e forjadas por um potencial de agressividade, uma masculinidade muito nociva que a gente não pára pra refletir nesse lugar. A gente vai, sabe, tapando o ouvido e os olhos e vai continuando seguindo nessa forma. Isso é extremamente pelucoso para nossas relações, principalmente as nossas relações inter raciais: os homens negros e as mulheres negras (Djean Ribeiro, entrevista p. 3)

E traz exemplo:

O nível de letalidade de homicídios da população negra está muito atrás disso. Se a gente parar pra pensar o maior braço do Estado, que é a polícia militar, que é majoritariamente negra é a que mais mata e a que mais morre. A polícia é acusada de genocídio da população negra, mas são os policiais, por conta dessa lógica colonial, que essa masculinidade está dentro (...) são atravessadas por essas violências naturalizadas. A gente mata e morre muito. (Djean Ribeiro, p3).

Já em relação às mulheres negras, especificamente, Djean reconhece a importância e legitimidade das questões trazidas por nós (mulheres negras), através, por exemplo “da perspectiva teórica” (p. 6) e uso da interseccionalidade:

Acho que uma das coisas também é que a mulher foi alijada do processo educacional, então ela agora começa a ter um protagonismo e começa a pautar de forma extremamente assertiva, ao se tratar desse debate. Hoje em dia, até pensando em algumas perspectivas teóricas, a exemplo da interseccionalidade, não tem como você falar de gênero sem raça, porque são duas categorias que vão estar operando sistematicamente. (Djean Ribeiro, 2018.p. 6.)

A entrevistada Laura também traz a importância do pensamento interseccional para se pensar as múltiplas formas de atuação do racismo, onde reconhece e destaca o espaço do GTPRR, como um dos principais espaços que a ajudou a problematizar essas questões e a criar em 2016 a *Rede Dandaras, Saúde da Mulher Negra*<sup>22</sup>:

Eu sinto que o GTPRR foi um espaço muito potente pra eu pensar a interseccionalidade entre gênero e raça. E daí surgiu a rede Dandaras que hoje é uma rede que dialoga com as psicólogas negras do Brasil inteiro e já estamos crescendo para a América Latina. É uma rede que visa a promoção de saúde das mulheres negras e colocam nessa promoção de saúde não [somente] a questão da prevenção do cuidado com as doenças epidêmicas que nos atravessam mais, observar os índices de mortalidade materna, violência obstétrica, feminicídio, estupro; mas pensar para além desses índices como nós podemos promover saúde dentro de uma psicologia

---

<sup>22</sup> Para mais informação sobre a Rede Dandaras, Saúde da Mulher Negra, acesse <https://rededandarasblog.wordpress.com/>



que pode vir ser mais equânime. Como a gente pode promover saúde dentro dos espaços políticos de controle social, espaço político de referência e como a rede pode colaborar que a mulher negra ela seja mais assistida sendo que, a política integral de atenção integral da saúde da população negra e atenção integral da saúde da mulher, elas dão conta dessa demanda, elas são conjugadas. Então essa sacada, ela precisou ser feita em rede e o GTPRR foi esse espaço potente pra discussão vir a tona e daí outros projetos que acredito que venham a surgir nesse processo. (Trecho da entrevistada Laura Augusta, 2017, p. 3,)

Vê-se que todas/os as/o entrevistadas/o trouxeram a importância do uso instrumental da interseccionalidade para articular o processo de entrelaçamento das relações raciais e das relações de gênero (ver trechos das entrevistas a Djan Ribeiro, p.6; Laura Augusta, p. 2-3 e Alessandra, p. 3-4). A ênfase na impossibilidade do racismo operar, solitariamente nas relações sociais sem a presença, por exemplo, da relação de gênero é algo que se manifesta no discurso das/o entrevistadas/o. Desse modo, segundo as análises dos relatos concedidos os homens negros psicólogos e as mulheres negras psicólogas viverão a opressão racial (dentro e fora da Psicologia) de maneiras diferenciadas e específicas, pois cada um/uma dos/as sujeitos/as e suas diversidades estará atravessada/o por diferentes formas de subjugação, além dos pertencimentos de classe, região, raça, gênero, geração, etc. que poderão ser distintos.

Torna-se, portanto, um desafio ao GTPRR trazer as questões sobre as relações de gênero para o campo das práticas e ações. A partir do relato dos/as entrevistadas/os, compreendemos que o grupo já se pensa e discute estas questões, onde se promove, por exemplo, algumas ações em datas como 25 de julho, dia da Mulher Negra Latino Caribeña e da Diáspora (ver imagem 5 e 6). Através dos seus próprios objetivos, o grupo propõe problematizar e transformar as realidades sociais dentro e fora do campo da Psicologia (segundo informação disponível no site do CRP03, que descreve o GTPRR).

Caberia, portanto mais construções voltadas para as mulheres negras e suas experiências específicas.

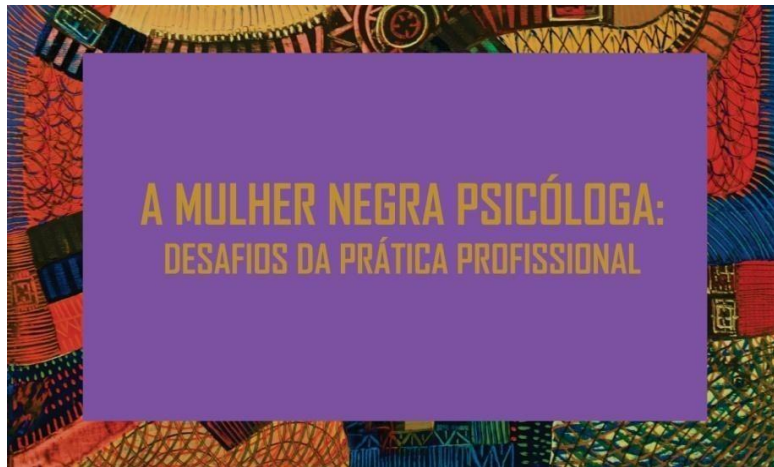


Imagem 5: “A mulher negra Psicóloga: Desafios da Prática Profissional” – Evento promovido pelo GTPRR em **julho de 2016**, na sede do CRP03. Segundo consta no site do CRP-03 pretendia-se comemorar o dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra, Latino Caribeña e da Diáspora. Discutiu-se também sobre “os enlacs entre as relações raciais e práticas de psicologias”. Fonte e Informação site do CRP, 2016. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/gtprr-promove-evento-mulher-negra-psicologa-desafios-da-pratica-profissional>



Imagem 6 : **Evento da Campanha pela Visibilidade das Mulheres Negras** realizado pelo Conselho no **mês de julho de 2018** na sede do mesmo. Na programação o GTPRR promoveu no dia 25/07 uma mesa de debate sobre os Direitos Reprodutivos: “O evento [pretendia] colocar em pauta, o debate sobre a legalização do aborto e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com recorte de gênero e raça”. Fonte e Informação Site do CRP: Home, Notícias: <https://www.crp03.org.br/crp-03-promove-campanha-pela-visibilidade-das-mulheres-negras>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pudemos conhecer algumas atuações do Grupo de Trabalho Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Compreendo dentro da minha militância, a necessidade de destacar, mencionar e pesquisar grupos, coletivos que tem construído, dentro das suas possibilidades, caminhos de combate a qualquer forma de opressão, como o racismo, a intolerância religiosa, o sexismo, lgbtfobia. E o GTPRR surge nesse cenário, fazendo provocações às limitações da Psicologia, tanto nas suas constituições enquanto campo de saber e ciência, como nas formas como as práticas profissionais tem se apresentado.

Mesmo sendo esse espaço de transição e circulação, tanto pelo seu pertencimento ao corpo de gestão do sistema conselhos de psicologia (que são deliberados a cada três anos), de modo específico na Bahia, como pelas pessoas que ali entram e saem ou entram e permanecem como as minhas/meu entrevistas/os, o GTPRR tem mantido o diálogo, sobretudo com as questões raciais, desde seus dez anos de fundação, assumindo a responsabilidade de transversalizar as questões raciais no Conselho de Psicologia, de forma a contribuir diretamente com a Psicologia baiana e brasileira e os seus saberes. Vale destacar que as discussões emergentes da Bahia têm repercutido a nível nacional a exemplo da participação de Valter da Mata como convidado da gestão do Conselho Federal (2013-2016) para discutir psicologia e relações raciais na Comissão de Direitos Humanos, e outros/as psicólogos/as baianos/as que tem sido convidados/as a colaborar no CFP com debates e construções de documentos sobre a temática; além das provocações de psicólogos/os baianas/os na construção de propostas com as temáticas raça e gênero nas instâncias de deliberação da categoria – o COREP (Congresso Regional da Psicologia), e CNP (Congresso Nacional da Psicologia). Outra repercussão é a criação de uma rede de psicólogos/as negros/as – APSINEP (Articulação Nacional de Psicólogos/as Negros/as e Pesquisadores/as), em que integrantes do GTPRR estiveram à frente e continuam participando em âmbito nacional.<sup>23</sup>

O GTPRR se constitui de mulheres e homens pretos/as, de diferentes lugares e com especificidades diferenciadas frente à prática profissional e a própria Ciência, permitindo que o olhar parta principalmente do ponto de vista da negritude.

---

<sup>23</sup> Fonte: <https://anpsinep.cfp.org.br/> Acesso em 13/02/2018

E aqui considero a ideia de negritude, para além do seu conceito que mergulha em diferentes faces, ideias e historicidades, sendo elaborada pelos movimentos negro no mundo (muitos deles protagonizados por homens) tendo como característica a consciência racial, a valorização da cultura, dos traços étnicos e das identidades em contextos diásporos e africanos (DOMINGUES, 2009) – trago e entendo a negritude, como movimento, ação, atitude de consciências e lutas frente às opressões racistas e sexistas nas nossas relações, no qual para nós pessoas pretas (sobretudo, nós mulheres negras), a compreensão dessa ideia se torna um dos instrumentos providenciais frente às lutas diárias.

Nesse sentido, destaco os principais resultados, a partir da pesquisa realizada e dos relatos concedidos para entrevistas.

Sobre as Ações do GTPRR: estas estão voltadas para a orientação e conscientização da prática profissional de todo/a psicólogo/a ou qualquer pessoa da sociedade civil que chega ao grupo ou participa de atividades fora do CRP. Lá encontrará diversas abordagens que envolvem as relações raciais como saúde, encarceramento e genocídio da população negra, educação popular, racismo institucional, sofrimentos advindos do racismo, subjetividades e identidade etc. de acordo com o entrevistado Djean Ribeiro (2017).

Pude constatar através dos relatos das entrevistas que o grupo realiza seminários, oficinas, roda de debates, mesas redondas, simpósios, construção de notas virtuais de repúdios e que essas são as principais ações do grupo voltadas para orientação da categoria. Através dessas ações, nas quais são realizados anualmente em diferentes espaços, momentos e eventos garante-se a abordagem do recorte racial para se pensar os vários aspectos de vida em sociedade.

A cartilha de referências técnicas para o/a psicólogo/a, como trazem os/as entrevistadas/o, é um marco na história do grupo, na qual as/os integrantes pensam em reeditá-la pela terceira vez. A cartilha representa também um enfrentamento ao racismo institucional no campo da Psicologia, já que se apresenta como uma reparação trazendo outras referências que não aparecem no currículo de Psicologia. Mesmo que seja mínima essa reparação, já que, como vimos, existem pouquíssimas referências realizadas dentro desse campo, voltadas para as relações raciais, ela é um marco e um ganho para a categoria em geral e para nós pessoas negras. Porém, apesar do grupo estar atento/a às limitações, já impostas ao campo da Psicologia, não vê-se uma preocupação na seleção de referências relacionadas às

mulheres negras, indígenas e de outro pertencimentos raciais e étnico na cartilha para psicólogo/as.

Para avaliar a efetividade de outras ações, menciono os/a dois entrevistados/a Laura Augusta e Djean, ambos componentes do grupo anos após a sua fundação. Laura e Djean chegaram ao GT ainda na graduação de Psicologia, a partir das intervenções realizadas pelo GTPRR em suas respectivas faculdades. Laura, na entrevista (2017) nos traz o quanto que o GTPRR a ajudou na sua “formação enquanto pessoa negra” (p.2) tanto nos aspectos políticos, sociais e de conscientização, tanto nos aspectos identitários, como aceitação, auto-estima, transição capilar e caminhos para empoderamentos. E como aponta a entrevistada, o GTPRR foi um espaço que a ajudou a problematizar as questões de gênero e raça, construindo a rede *Rede Dandaras: Saúde da População Negra* da qual dialoga hoje com as psicólogas negras de todo Brasil e recentemente da América Latina. Podemos mencionar essa trajetória pessoal de Laura, que recentemente coordena o grupo, como uma das consequências positivas das ações do GTPRR. Djean também relatou o quanto a participação, ainda como estudante, no GT foi importante na sua trajetória, e para a sua atual função de conselheiro.

Chamo atenção a dificuldade em relacionar as questões de gênero às discussões sobre relações raciais dentro dos debates e ações do GTPRR. Isto foi percebido por mim a partir do exercício do estágio supervisionado, o que se confirmou com os relatos das entrevistas a partir das análises das ações do grupo. Tanto os debates que são feitos dentro e fora do Conselho e o próprio manual e referências técnicas do GTPRR (Cartilhas, 1º e 2º edição) não apresenta nas referências um recorte específico sobre o racismo vivido pelas mulheres negras especificamente. Embora as pessoas que transitam no grupo, em diferentes anos e gestões serem a maioria mulheres negras, a pauta de gênero e raça aparece de maneira superficial. São apenas cinco artigos relacionados a gênero e raça de mais de cinquenta obras bibliográficas mencionadas na cartilha e nenhum que traga esse recorte específico na bibliografia complementar.

Sabemos, e nessa pesquisa enfatizamos muito sobre a escassa produção no campo do saber psicológico relacionados às relações raciais e de gênero. Um dos objetivos do GTPRR, como retratado na pesquisa, é construir reparações nesse campo do saber e na prática de profissional de forma a resgatar e trazer visibilidade a estas questões, sobretudo às questões no contexto de homens e mulheres negras. Porém, numa das ações que segundo os/as

entrevistados/as representa um marco na história do GT, a produção da Cartilha, vê-se que há ausência de artigos, livros e produções, no item das “Bibliografias Complementares” sobre as especificidades das mulheres negras frente ao racismo. Esta ausência é discursivamente perigosa e pode representar o quanto o grupo, nos anos de 2008 e 2016 (anos em que as duas edições foram elaboradas) lia, pensava e debatia as questões das mulheres negras e as questões de gênero. É difícil reconhecer que na Cartilha de Relações Raciais não apresentem autoras brasileiras, pioneiras de importantíssimos debates a respeito das questões raciais, onde trazem em paralelo às questões específicas das mulheres negras. Não é mencionado as contribuições e produções de mulheres pretas que através de suas militâncias e obras realizadas tem potencializado a discussão racial de forma diversa, interseccional e crítica<sup>24</sup> no que tange a nossa luta e as complexidades frente ao racismo e ao sexismo. Acredito que se pensasse com profundidade as questões específicas em que a complexidade em que o machismo e sexismo atuam sobre nós mulheres negras, haveria também referências voltadas para nossas especificidades. Talvez.

E sobre essa ausência recorte de gênero e raça, desde o exercício do estágio supervisionado me vi em um emaranhado de indagações relacionadas a como a abordagem racial estava sendo produzida num grupo e se havia algum recorte de gênero, no que tange a vivência específica das mulheres negras, psicólogas frente ao racismo, invisibilidade, apagamento na Psicologia, ou se isso de fato era somente delegado ao GT de Gênero.

De fato, era uma ansiedade feminista ver, ouvir e vivenciar um discurso racial no grupo que dialogasse com as demandas das mulheres e que mergulhasse nas questões de gênero, mostrando as diferenças (transformadas em desigualdades) do ser homem psicólogo e do ser mulher psicóloga.

Ao pesquisar as ações do GT, a partir de atas e entrevistas não encontrei a princípio nenhum tipo de ação voltada especificamente para as mulheres, reconhecendo que as mesmas em sua diversidade vivenciam as opressões de gênero, raça, classe no mundo diferentemente dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros.

As questões sobre nós, mulheres negras, são urgentes e imprescindíveis se queremos pensar uma sociedade mais equânime. Estamos imersas num imaginário social perverso onde

---

<sup>24</sup> Mulheres como: Sueli Carneiro, Lélia Gonzaléz, Vilma Reis, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo e muitas, muitas outras que tem contribuído muito com suas histórias de vida, com o enfrentamento ao racismo e sexismo em diversas instâncias sociais, inclusive dentro do movimento negro.

somos desqualificadas pelo fenótipo branco enquanto padrão de beleza, estética e comportamento além de nos vincular constantemente a uma sexualidade à serviço do homem branco colonizador (ROSA, CARNEIRO, 2016). Ocupamos ainda a base da pirâmide de distribuição de renda, abaixo dos homens negros e das mulheres brancas (IPEA, 2014)<sup>25</sup> aqui no Brasil, o que reverbera diretamente no nosso acesso a saúde, educação, moradia, emprego, ou seja nos nossos direitos sociais e tem implicações importantes para a construção de nossa subjetividade – tema tão caro para a psicologia.

Se recorrermos aos dados como comprovação da desigualdade em que estamos frente a outros sujeitos, como homens e mulheres brancas ou até mesmo os próprios homens negros encontramos o Mapa da Violência 2015, em que traz dados assustadores sobre os homicídios das mulheres negras entre os anos de 2003 e 2013: Aumento de 54% das mortes de mulheres negras do Brasil (onde houve diminuição de 10% das mortes das mulheres brancas). Em relação à morte por maternidade o percentual aumenta para 66%, segundo os dados<sup>26</sup>.

Os dados publicados esse ano (2018), e compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da pesquisa de Estatística de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres do Brasil nos mostra que, no campo da educação somente 10,4% das mulheres pretas completam o ensino superior no Brasil, diferentemente das mulheres brancas em que o percentual é de 23,5% por cento, e dos homens negros o número ainda é mais baixo 7%, segundo os dados.

Compreendo, portanto, que trazer a pauta específica e a situação das mulheres negras não é algo que deve-se negligenciar quando se refere às relações raciais em nossa sociedade. E enfatizo “as mulheres negras”, porque aqui marco o meu lugar de experiência e fala, mas reconheço a necessidade de pautar também a situação das mulheres indígenas, ciganas e de diversos pertencimentos raciais não-brancos do nosso país e as configurações gênero implicadas a essa populações.

Sendo o GTPRR um grupo voltado para a promoção dos direitos humanos, onde se pauta as questões raciais como imprescindíveis ao fazer da Psicologia, compreendo a

<sup>25</sup> Dados de 2014 sobre distribuição de renda e renda per capita por domicílio e salário mínimo através da raça/cor: As mulheres negras e os homens negros rendem aproximadamente R\$544,00 e R\$833,00 reais respectivamente abaixo das mulheres branca e dos homens brancos com R\$957,00 reais e R\$1491,00 cada um/uma. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

<sup>26</sup> Mapa da Violência de 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

necessidade que se construa cada vez mais um compromisso com as especificidades das mulheres negras frente a essa relação complexa com o pertencimento racial e as relações de desigualdades, opressões e também de resistências.

Na pesquisa ficou evidente a potência do GTPRR, que mais além do seu vínculo institucional com o Conselho Regional de Psicologia da Bahia, suas ações reverbera nas trajetórias pessoais das pessoas negras, como mostra alguns relatos das minhas entrevistadas/os; na reparação da ciência-profissão com as ações voltadas para formação e orientação da categoria frente às questões raciais e; o próprio enfrentamento ao racismo dentro e fora da categoria, onde se visibiliza através de denúncias, construções de notas de repúdio e posicionamentos éticos-políticos como forma de erradicação do preconceitos raciais.

Reconheci também que os desafios aí implicados para que o grupo, em diferentes gestões e momentos integre cada vez mais as questões de gênero aliadas às questões raciais, de formas a caminharem conjuntamente é um desafio histórico para a própria Psicologia como profissão que se responsabiliza por acolher as/os sujeitos desde suas especificidades e diversidades.

Desse modo, já estão abertos os caminhos para as construções de mais pesquisas voltadas para as ações do grupo, em que some mais e mais contribuições nessa missão de combater as diversas formas que o racismo se apresenta e seus entrelaçamentos, dentro e fora da categoria.

Por fim, teço considerações sobre a metodologia utilizada. Para coleta dados aqui apresentado utilizei a metodologia qualitativa, com análise das transcrições das entrevistas para responder os meus objetivos. Desde meados de agosto de 2017 venho trabalhando o diálogo com as/os integrantes que no total foram seis pessoas (mas utilizei somente três pessoas para esta monografia), onde copilei e recolhi para esse trabalho, seus relatos a respeito das ações do GTPRR. Por outro lado, para quem quiser dar continuidade a essa pesquisa, sugiro que para uma análise mais aprofundada das ações do grupo sistematizar as informações também através das atas e os relatórios anuais disponibilizados no Conselho, onde são trazidos de forma detalhada cada ação do grupo no decorrer dos anos. Também creio que é viável recolher relatos de outras/os integrantes que não circula mais pelo espaço do GTPRR mas que passou pelo grupo.



Esta pesquisa também foi realizada como parte das atividades requisitadas para finalização do Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA. Acredito que colabora potencialmente para a área dos estudos feministas e de gênero, já que a mesma em seu conteúdo epistemológico, sobretudo relacionados à crítica à ciência aponta sobre as opressões que nos assola como o sexismo e o racismo, e como esses eixos atravessam a própria ciência impedindo inclusive, o protagonismo das mulheres na produção de conhecimento (SARDENBERG, 2002).

Esse produto também pode colaborar para se pensar as categorias raciais e de gênero de forma entrelaçada, interseccional, de modo a compreender os direitos e as desigualdades homens e mulheres nas nossa sociedade, considerando que cada sujeito em específico experienciará determinadas opressões sociais de forma diferenciada.

Por fim, esta monografia, longe de apresentar dados fixos e engessados sobre o GTPRR e suas ações, se propõe a construir mais um caminho de possibilidades de forma que o combate ao racismo seja potente em todos os nossos aspectos da vida, em todas as nossas relações em sociedade.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista. Estudos Feministas**, Florianópolis.; vol.16, n.1. 2008

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

CASTELAR, Marilda. SANTOS, Conceição. Relações Raciais no Ensino da psicologia: uma experiência de Sensibilização. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**; Salvador, dez.v1, n1, 2012.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

CASTELAR, Marilda; FRANÇA, Edlamar; VIEIRA, Renan. Grupo de trabalho GTPRR: crítica e engajamento político. **Revista Brasileira de Psicologia**, (núm. esp.) Salvador, Bahia, 2015

CARNEIRO, Anni de Novais. Escrivivência Feministas: Caminhos de autoria e processo de individuação. Em: DOS SANTOS, Helena; ANDRADE, Darlane; DENEGA, Alessa. (org). **Gênero na Psicologia: saberes e práticas**. Salvador: CRP-03, 2016. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-saberes-e-praticas>

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. In “30 anos de Regulamentação”. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Conselho Federal de Psicologia. Vol.12; n2; UFSC, Florianópolis, SC – Brasil. 1992.

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931992000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000200002)

CASTRO, Ana Elisa Ferreira. YAMAMOTO, Oswaldo H. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudos. **Estudos de Psicologia Comunicações breves** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 3(1), 147-158 147 1998

DA MATA, Valter. **Psicologia e Racismo: O Desafio de Romper a Omissão**. Entrevista Online, Revista Fórum. São Paulo, 2014.

Disponível: em:  
<https://www.revistaforum.com.br/digital/167/psicologia-e-racismo-o-desafio-de-romper-omissao/> Acesso em: 23/06/2018

\_\_\_\_\_ O Racismo, é sim, promotor de Sofrimento Psíquico. Conselho Federal de Psicologia. Notícia. Brasília-DF; 2015. **Entrevista Online**. Acesso em 14/04/2018.  
Disponível em: <http://site.cfp.org.br/o-racismo-e-sim-promotor-de-sofrimento-psiquico>

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da Negritude: Uma breve reconstrução histórica. **Revista USP** n. 24-26 (2009).

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

MIRANDA, Helena. A institucionalização da discussão de Gênero no Sistema Conselhos de de Psicologia. Em: DOS SANTOS, Helena; ANDRADE, Darlane; DENEGA, Alessa. (org). **Gênero na Psicologia: saberes e práticas**. Salvador: CRP0-03, 2016. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-saberes-e-pratica>. Acesso em: 13/03/2018

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Revista Psicologia e Sociedade**, 13(1), 107-128. (2001).

NUCCI, Marina Fisher. “Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. **Revista. Estudos. Feminista.** [online]. vol.26, n.1. 2018;

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revis. Sociedade e Cultura** v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 266 a 269

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de Fala?** Ed. Letramento; Feminismos Plurais, 1ª edição; 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Afinal, por que somos tantas psicólogas? **Revista Psicol. cienc. prof.** vol.4 no.1 Brasília 1984

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa, SANTOS, Raquel Amorim dos. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Revista Contemporânea de Educação,** vol. 12, n. 25, set/dez de 2017

VERGUEIRO Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. **Dissertação de Mestrado.** Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 36.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2018** – Homicídio de Mulheres, Editora flacso Brasil 1ª Edição Brasília, 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-03. Disponível em: <https://www.crp03.org.br>  
Acesso desde 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Disponível em: <https://site.cfp.org.br> Acesso  
desde 2017.

GRUPO DE TRABALHO PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS. Disponível em:  
<http://psicologiaerelacoesraciais.blogspot.com/> Acesso em: 31/06/2018

# APÊNDICES

## **ENTREVISTA ALESSANDRA ALMEIDA**

Alessandra Almeida, Negra, Psicóloga, Especialista em Saúde Coletiva, Terapia Cognitiva e Comportamental. Conselheira e Vice Presidente do CRP-03. Ex integrante do GTPRR.

### **I PARTE – AGOSTO/2017**

EU: Em relação às ações do GTPRR?

ELA: Eu poderia dizer em termos mais materiais, a produção de cartilha que foi bem bacana, inclusive a gente pensa em reeditá-la. Mas eu diria, na minha concepção, as provocações que ao longo desse tempo inteiro temos feitos. Eu acho que foram todos os eventos que nós fizemos aqui, mas foram todos os outros espaços que nós estivemos e que pautamos a questão racial. E pautamos a questão racial porque debatíamos a questão racial com afinco, com interesse, com seriedade. Então assim, para além das cartilhas, das produções escritas que nós temos eu acho que mudou tudo. Hoje quando a gente pensa, por exemplo, na comunicação visual do conselho, a gente pensa na questão racial, quando a gente pensa em transtorno mental, a gente obrigatoriamente pensa, recorre, pauta a questão racial. Eu acho que das ações ao longo desses dez anos do GT, eu acho que a gente já perdeu as contas. É todo estudante, todo profissional que chega aqui e se percebe ou é afetado pela questão do racismo e entende a partir daí, que não existe uma Psicologia que possa excluir isso do seu conhecimento, excluir a questão racial né, o racismo é que a gente quer excluir. Entende que o sofrimento causado pelo racismo e sexismo não é algo que a Psicologia deva abrir mão, negligenciar. Eu acho que é um pouco, que a gente foi fazendo, talvez sem sentir, um processo de decolonização, que inclusive propõe Fanon do conhecimento psicológico.

Quando eu cheguei aqui, não parece, mas eu sou uma pessoa tímida e tenho muita dificuldade de falar em público. Mas logo que eu cheguei aqui, praticamente, a única mulher preta, psicóloga, por aqui. E eu, inclusive agradeço aos meus colegas e a minha colega Marilda, do quanto eu tomei pra mim essa obrigação de ser representatividade. Então toda vez que sou chamada pra falar em algum lugar, em que eu ai meu deus... o coração desespera, eu digo assim , não, isso é tarefa de vida. E hoje a gente tem com certeza, muito mais, a gente assistiu também ao longo desses dez anos, uma coisa muito interessante, o empobrecimento, o enegrecimento da nossa categoria e isso foi muito bacana perceber.

Eu me sinto muito lisonjeada, de pelo menos ter sido, aqui nesse espaço na época das poucas psicólogas negras assim, me mostrando, né. Eu acho que representatividade é sempre importante e essa foi uma tarefa de vida pra mim.

É isso.

### **II PARTE – JUNHO/2018**

EU: O que você acha a respeito do espaço do CRP03?

ELA: Bem, que eu acho do CRP... Não dá pra falar do CRP, um espaço de circulação, sem falar do que é Psicologia enquanto espaço de circulação. Agora eu acho que tem algumas peculiaridades. Primeiro, queria marcar que a Psicologia é uma categoria profissional, mormente de mulheres, 80% mais ou menos, e brancas. Então não é de se estranhar que

aquele espaço que é da categoria profissional, essa branquitude não se expressasse. Eu tenho visto ao longo de dez anos, mais ou menos, uma mudança nesse panorama. Hoje a gente vê mais, e mulheres negras circulando, estando em espaço inclusive de coordenação de GT etc. Mas sendo espaço de Psicologia é lógico que aquilo ali iria espelhar o que está representado na categoria. Uma coisa que é importante notar também é que embora seja um espaço de mulheres, nem sempre isso ficou evidente na circulação ali no espaço físico e político do CRP, por conta de uma questão que a gente já sabe, né: Os espaços de poder, os espaços de política nem sempre são para as mulheres. Então, era muito comum, eu acho que isso também tem mudado, mas era muito comum que a gente tivesse naquele espaço circulando mais homens. Eu acho que isso reflete um pouco não só o que acontece na Psicologia, que é invisibilidade das mulheres no lugar de poder, mas é algo que é do desempoderamento das mulheres na política no nosso país, que é um cenário mais amplo, conjuntural. Muito embora a Psicologia seja uma profissão de mulheres, nesses espaços de saberes, nesses espaços político, muitas vezes a gente encontra a presença de homens, na verdade muitas vezes são convocados os homens pra estar

EU: Você já sofreu algum preconceito no espaço do CRP?

ELA Dentro do CRRP?

EU: Sim, de gênero, raça, classe...?

ELA: eu não tenho nada assim. Você fala pelo público externo?

EU: É, ou que circule lá dentro. Pelo se pertencimento enquanto mulher preta?

ELA: Eu nunca percebi. Não tenho essa memória emotiva . Tem das pessoas estranharem por exemplo, quando estar numa cerimônia de entrega de carteirinha, as pessoas estranharem assim. Hoje eu estou na presidência do CRP, então quando o fiscal me apresentou, um homem branco que tava ali naquele espaço de fala, de boas vindas, explicando o que é que o conselho faz, como é que o conselho atua, aí eu cheguei e ele me apresentou como presidente do conselho, as pessoas... meio que... fazendo assim ... [cara de estranhamento, risos]

Inclusive porque eu não ando de Uma muito formal, né, minha maneira de vestir ela tem outra identidade. Mas assim não me lembro, eu não tenho esse registro. Dentro do Conselho, com as pessoas que trabalham lá. Agora essa resistência, e eu vou colocar como uma questão de gênero , é quando a gente tinha fundado o GT de gênero que originalmente era “Mulheres, Relações de Gênero e Psicologia, justamente porque a gente queria uma categoria de mulheres dar visibilidade às mulheres “disinvisibilizar” as mulheres e marcar que era um grupo que trabalharia com um viés feminista, logo na chegada dizer o que a gente queria, isso teve uma repercussão muito negativa, “ A gente não pode fazer política só pra uma parte da categoria”, diziam. Isso em 200 e... é tem 10 anos o GT de gênero né,? E a gente enfrentou muitos entraves. Quando a gente trazia, marcava aquele espaço como um espaço que a gente precisava psicoeducar ou formar a nossa plenária pra ter uma visão e uma escuta mais elaborada pra essas questões, foi pau!

EU: E dentro do GTPRR as pautas de gênero quando começaram a surgir? Porque você tem um tempo né, no gtprr?

ELA: As pautas do GTPRR, elas... Eram uma coisa engraçada porque elas não passavam por essa discussão. E assim uma coisa que é bom marcar era que, inicialmente o GTPRR foi coordenado por homens. Então esse debate de gênero, hora não havia o domínio



sobre a própria discussão, eu observo isso. E eu acho que tinha uma outra coisa que era colocar na centralidade do debate a questão racial. Não sei como essas duas coisas podem ser indissociáveis mas a gente já ver inclusive uma mudança nesse perfil. Eu lembro também que logo que a gente começou funcionar o gt de gênero, que uma coisa que a gente fazia era, vamos fazer com gt de Relações Raciais, sempre convocá-los para estar nesse debate pautando interseccionalidade mesmo né? Eu acho que hoje, de alguma forma, tem uma outra cara mais...

EU: Tendo uma coordenadora mulher. Você foi coordenadora do GTPRR?

ELA: Não. Eu fui coordenadora da Comissão dos Direitos Humanos. E aí tanto o GTPRR, quanto o GT de Gênero estão dentro da Comissão dos Direitos Humanos;

EU: E você acha que as discussões sobre gênero, sobre mulher tinha um viés feminista?

ELA: Elas não chegavam. Elas chegavam quando a gente chamava.

EU: Então você acha que ao debatia as questões de gênero dentro do GTPRR?

ELA: Houve uma época que não. Eu pelo menos não tenho essa recordação não.

EU: Era só raça, raça, raça?

ELA: É. A questão racial ela tava muito presente. Lembro que as questões de gênero, as questões de mulher eram puxadas mais pelo GT de relações de gênero

## ENTREVISTA DJEAN RIBEIRO

Psicólogo, Mestrando em Psicologia Social, Coordenador do GTRPRR e Conselheiro do CRP-03

### I PARTE – AGOSTO/2017

EU: Como você sente a respeito do espaço do CRP:

ELE: Você foi falar e eu fui lembrar aqui, quem são as pessoas que estão aqui e, de fato, me lembrou uma conversa que rolou na primeira posse de Valter, quando presidente. Foi em 2010, foi quando eu entrei, inclusive, num período que entrei aqui no conselho, que entrei no GT. E a posse de Valter foi emblemática, porque ele fez uma festividade aqui no fundo, né? Teve um grupo de samba, teve baiana de acarajé...

E aí, o conselho nessa época ficou com um rótulo de "CRPreto". Você falou assim, esse espaço de pessoas brancas e eu olho assim... Sim, tem pessoas brancas, tem pessoas pretas, mas eu acho que não é a presença das pessoas brancas em si que tornam o ambiente problemático, mas a estrutura "branca" que tenta racionalizar os processos... Objetificar tudo, sabe? E a gestão de Valter de 2010 a 2013, que eu vivi ela toda, eu era um mero estudante e não tinha ainda muita noção de todo o funcionamento engenhoso do racismo e tal, e ao entrar no GT só tinha pessoas pretas.

EU- Mas, no CRP?

ELE - É isso, eu não tinha essa circularidade toda, não tinha, não tinha.

EU - E hoje, por exemplo?

ELE- Ainda temos ainda, hoje a gestão, psicologia e desenvolvimento, que começou com a gestão de Valter na presidência e a vice-presidência de Alessandra, que agora se inverteu, Alessandra que está como presidente e Valter como vice-presidente, tem um discurso muito capilarizado em toda sua gestão. É raça, é gênero, é raça, é gênero, então assim, apesar de que nós não conseguimos estar em todos os espaços como conselheiros, gestores, e que em algum momento esse debate fica escamoteado e tal, sabe? Porque, por exemplo, hoje todos os conselheiros que estão na gestão... você tem: eu, Alessandra, Valter, Monalisa, Carol, o próprio Eric, deixa eu pensar em quem mais... é, seis pessoas negras. É uma realidade que não é comum nas gestões anteriores, quando eu olho as fotos das outras gestões, essas pessoas não estavam nesses lugares de destaque da gestão. Isso por si só faz com que muitas das nossas ações esse discurso apareça, esse tema apareça. E aí, resgatando como é ser uma pessoa preta dentro do conselho, dentro do GT especificamente... Como eu falei, no GT não senti muito isso, porque é um GT de relações raciais, a maioria das pessoas são pretas e que há uma receptividade identitária nesse grupo.

EU - Sim, uma empatia profunda com as questões, né?

ELE: Pq - Com certeza, porque minha pergunta, entendo que até você já comentou isso também no vídeo aqui. O GTPRR tem essa identidade que acolhe e essa empatia de luta mesmo, mas a minha pergunta em relação a CRP que você já me respondeu, que não sente, né? E aí já desemboca um pouco na outra pergunta minha: se você já sofreu algum tipo de preconceito aqui no CRP, de gênero, racial, de classe, sexualidade, algum tipo de preconceito, alguma coisa que te desestabilizou, uma coisa que foi de encontro aos seus princípios, seus

direitos. Eu acho que no início quando entrei aqui no conselho, 2010 pra cá, principalmente na condição de estudante, eu percebi uma discriminação porque eu era estudante, né? E aí, tem uma coisa que hoje nos entendemos como lugar de fala, deram nome para isso, a Djamila Ribeiro. Mas que eu questionava muitas vezes isso: *"poxa, mas fulano tá falando de um lugar na qual ele não pertence, né? Então, você vai falar de cabelo e a pessoa que tá falando de cabelo, no sentido do processo identitário, tem um cabelo alisado, não sente as agruras do que é sustentar um cabelo crespo..."*. Então, eu criticava isso e ao mesmo tempo que eu criticava isso eu era meio que colocado de lado, eu era diminuído no meu discurso porque eu era estudante.

EU: Como?

ELE: Porque isso não ganhava uma ressonância nas outras pessoas. As outras pessoas não percebiam a concretude e a potência do que eu estava levando, simplesmente porque eu era estudante, porque eu era um estudante que tinha acabado de chegar e que não tinha um acúmulo teórico, vamos dizer assim, sobre os processos que aconteciam, mas eu tinha vivência. Assim como todos, mas assim, eu falava de um lugar.

EU: Mas você sentiu esse preconceito como? Assim, além de que não te davam espaço e que se repetia. Mas, fisicamente... uma fala que era...

ELE: Passavam o microfone... passavam o microfone. E isso dentro do GT, né?

EU: Isso dentro do GTPRR?

ELE: Isso... porque as relações de poder estão aí, né?

EU: E pode ser de relação racial...

ELE: Isso, pode ser uma série de condicionantes. Essa pergunta me fez lembrar uma vez, por exemplo, do COREP, que foi agora em 2015... 2016, minto. Que o COREP é o... (o que significa o COREP, meu Deus?), Congresso Regional de Psicologia, que é no processo de eleição, das mudanças de gestão, ocorre os congressos regionais e o congresso nacional. E eu, como fazia parte da disputa do pleito, da gestão, inclusive que ganhou, eu participei do COREP, foi a primeira vez que estive no COREP, não tinha ido pra um outro COREP antes. Não, já tinha, só que não dessa forma né... quando você está na disputa, você fica mais afetado. E aí eu fui para esse COREP e nesse fiquei participando da mesa de presidência do COREP que ela é composta e eleita na hora e das pessoas que compunha a mesa desse COREP eu fazia parte. No calor das discussões, dos debates, porque a gente vota as propostas em que a gente quer escolher e acha importante escolher para que a gestão que assuma o pleito seguinte coloque isso dentro do seu plano de ação, ao longo dos seus três anos de gestão. Os debates estavam muito calorosos, por conta de toda a disputa que estava ali... e eu lembro de um certo tema, que na verdade não é nem o tema em si que é a questão, mas a de que eu tinha pedido a inscrição para fazer a consideração de um determinado ponto de pauta e na verdade eu ia fazer a defesa de um psicólogo que tava querendo trazer uma questão do interior e tal... E aí, quando fui fazer a fala, algumas pessoas, algumas mulheres do outro grupo, do grupo opositor, mulheres brancas, começaram a interromper minha fala e eu no momento de afetação ali, meio no descontrole, comecei a sustentar que estava no meu direito de fala, que as pessoas precisavam me deixar concluir minha proposta. Eu estava com o microfone na mão porque eu estava na mesa da presidência, e aí, *"ah, mas você tá com o microfone na mão"*, como se eu tivesse me utilizando do poder para falar mais alto. Aí eu percebi, coloquei o microfone para trás e continuei falando, porque era uma disputa de quem falava mais alto no sentido de interromper a fala do outro, nesse momento específico começou

a rolar um burburinho de que eu fui machista, e aí, algumas pessoas do meu grupo, da minha chapa, disse assim "*não sei o quê e tal machista*". Aí eu falei, olhe só... eu posso até ter sido machista, mas isso se você fazer só uma leitura de gênero, mas se você fizer uma leitura de raça, são mulheres brancas que estão me criticando e que está ganhando ressonância em vocês. E na época, inclusive, eu falei pra Alessandra, e a Alessandra ficou meio assim e tal... então, esse talvez tenha sido momento de perceber que essa estrutura racista tenta me cuspir, né? E que, provavelmente, eu já tivesse passado em outros momentos anteriores na condição de estudante. Tem as condições políticas também, que acabam criando obstáculos, barreiras, por eu nunca ter levantado a bandeira de um grupo político, que tem alguns grupos de estudantes de psicologia. Eu não era bem visto no sentido de abraçado apesar de defender diversos temas em comuns. E assim, quando você faz a primeira pergunta desse espaço que é branco...

EU: Sim, já tá implicado...

ELE: E eu vou voltar ao ponto porque tem a conjuntura que ela é interna do conselho e que a gente, a nossa gestão, tem promovido a equidade racial, no quadro de funcionário. Se você vê os funcionários hoje, boa parte dos funcionários são negros, com exceção, que não é à toa, os cargos de nível superior. Porque nós temos três psicológicos na orientação fiscal, os três são brancos, são duas mulheres e um homem. A comunicação de nível superior também é uma pessoa branca, o jurídico, a contabilidade, são brancas, mas porque são funcionários que são efetivos, são concursados, mas as outras possibilidades de inserção de novos membros nesse corpo de funcionários, por incrível que pareça são negros e negras. Eu acho que de nível superior, aqui no conselho, que ocupa cargo, se não me falhe a memória, só [R] que é da biblioteca. E que por incrível que pareça, é fica aqui só um dia.

EU: Não é à toa, hein? Que a gente está de olho...

ELE: Mas é quando a gente vai fazer essa análise dessa estrutura branca dentro do conselho, do sistema conselho, você vai para uma PAF da vida alguma reunião nacional, a gente vê o quanto que o porcentual de pessoas negras ocupando esse espaço é muito pequeno. Inclusive, isso também reflete em como as pautas sobre relações raciais ganham ressonância nas efetividades das políticas. Tem um dado que apareceu logo no primeiro ano subsequente que nós assumimos a gestão, que foi identificar que na ficha de inscrição de psicólogos e psicólogas que tem aqui, para cadastrar novos psicólogos que vêm fazer sua carteira, não tinha o quesito raça-cor. E eu fiz assim "*como não tem o quesito raça-cor, meu Deus?*". E aí, eu trouxe isso para reunião de plenária e tudo mais. Um dos ex-conselheiros das duas gestões anteriores a que antecedeu a nossa gestão atual, e a gestão que Valter estava como presidente, que foi o caso de Vinicius, ele falou assim "*quando eu escrevi o CRP em 2009, 2010, existia o quesito raça-cor, o quesito foi subtraído na gestão anterior a nossa agora*". E aí, eu me lembro que quando foi em dezembro do ano passado que tivemos uma plenária da PAF, que é plenária de administração, política e financeiro do sistema do conselho, esqueci a sigla agora... depois você dá uma olhadinha no que é PAF. Eu trouxe esse ponto de pauta que estava discutindo algumas questões sobre a reformulação da carteira profissional e alguns representantes das pessoas ficaram abismadas porque a Bahia com todo seu histórico de militância na área de relações raciais, de produção da igualdade racial, não tinha. Porque, na verdade, esse dado é um dado opcional, e a partir, inclusive, dessa PAF, com orientação inclusive minha, foi que esse ficasse como um elemento obrigatório, porque inclusive foi dentro do Congresso Nacional de Psicologia foi deliberado que se produzisse estratégia em combate ao racismo institucional. Então, passou a ser obrigatório esse quesito raça/cor. Mas

quando a gente está nesse espaço que é Nacional, que tem poucas pessoas negras, é muito perceptível, é latente, o incômodo de questões sobre raça, agora questões sobre gênero, sobre sexualidade... massa, tranquilamente. Mas quando a gente tenta ou provoca a interseccionalidade desses temas, nossa... Isso é mexer nas férias dos privilégios da maioria branca que está estruturando...

EU: E você acha que classe também é algo que não é muito pertinente nesse espaço?

ELE: Não, classe é muito pertinente, mas classe...

EU: Assim... no sentido de quando você está nesse âmbito nacional, se é falado as pautas relacionadas a classe, por exemplo, da psicologia enquanto uma profissão/ciência classista, não?

ELE: Nós somos uma profissão elitista, apesar de que as diferença econômica e sociais dos conselhos regionais são latentes, porque quem ocupa a hegemonia das pautas são os conselhos regionais dos estudantes. E quando a gente traz a pauta de ter uma equidade social de representatividade, não passa, apesar de que a maioria dos conselhos do norte-nordeste, que estão ali muitos lutando para se manter, não entendem a necessidade da união, e pra mim isso é uma questão de classe, territorial, que transpassa a classe, por conta das articulações dos grupos políticos, que também trazem a classe como uma bandeira mas que fica lá reduzido aos estudantes, que acabam assumindo e absorvendo os efeitos do protagonismo. Então tem essa conjuntura dessas reuniões nacionais aqui no conselho e que dentro desse período que eu estou de 2010 até agora 2018, que já tinha, desde 2010, uma configuração de uma gestão que pensassem o racismo institucional e seus diversos efeitos, isso acabava sendo dirimidas, no sentido de, não que não aparecesse, mas vamos criar mecanismos para dissolver, então, a gente não é um vácuo, uma bolha, as coisas acabam influenciando, mas a gente também estava intervindo.

## **II PARTE – JUNHO/2018**

EU: Sobre as questões de gênero, o que é que você sentiu nas reuniões, nos planejamentos de ações, como aparece as questões de gênero?

ELE: Já tiveram algumas ações que a gente já fez. È, se eu não me engano, em 2011 a gente foi convidado pela faculdade Anísio Teixeira (Feira de Santana), a fazer uma intervenção com a turma graduandos de Psicologia sobre relações raciais. Eu lembro que na época a gente preparou uma intervenção para trabalhar justamente gênero e raça. Se não me falha a memória foi uma das primeira vezes que eu abordei a temática de gênero, de forma superficial, incipiente. E quando a gente montava a apresentação, fazia o debate, porque a gente sempre fazia um debate para se preparar, eu ficava meio relutante assim, “pow, mas isso também acontece com homem negro”. E aí quando gente tava falando de estereótipos, desse lugar onde o negro é construído socialmente, como é que isso acontecia exclusivamente com as mulhere. E eu lembro que eu fiquei com a tarefa de coletar imagens de propagandas que envolvesse mulheres negras pra a gente apresentar, porque agente tava fazendo o debate teórico conceitual, mas gente também queria mostrar como isso acontecia na prática, e que acontece infelizmente. E eu me empolguei tanto que eu fui ver propaganda do século dezenove. Porque tem propagandas bem recentes, propaganda da Devassa que coloca na cerveja a loira, a ruiva e a negra. E a cerveja preta tinha uma coisa que era assim, “Essa preta saiu de boa para melhor”. E o rótulo da cerveja é um corpo da mulher negra, um corpo seminu. Aí tinha propaganda que na época era, as olimpíadas do rio, que era uma propaganda

de um site brasileiro mas que era vinculado na Europa, onde você tinha as chamadas erroneamente de “mulatas”, aquelas mulheres com aqueles corpões, das escolas de sambas, semi nuas, com seios do lado de fora e propagandas todos desses níveis.

Tinha uma propaganda também que é do Rio de Janeiro, que era uma propaganda de lingerie, que o policial da UPP, ele tá deitado no chão sem camisa e a mulher de sutiã, fazendo a propaganda da marca de lingerie, dizendo assim “fácil é ocupar, quero vê dominar”. O mote do debate ele centralizava nessa expropriação do corpo da mulher negra. E aí eu vou pra algumas propagandas do século dezenove, onde novamente, essa mesma idéia de estratificação do corpo da mulher negra, da hipersexualização era latente. E muita coisas atravessadas pelo ideal de embranquecimento.

Uma propaganda do século dezenove, que fala de sabão em pó, com duas negrinhas que uma não quer usar o sabão e a outra quer: “ó, passe que você vai ficar branca!”. A mensagem era essa. Então, assim como eu me aproximei ao debate a pouco tempo, cinco anos é pouco tempo, ainda há muito a se debater quando se fala em raça e gênero. Por que os homens que tiveram na frente na centralização desse debate e muito por conta também de que, a justificativa, uma das pré condições para que esse debate se desse dessa forma era que “os homens negros sofriam mais, que iam inclusive “para liga do trabalho, então o foco era os homens”. Não sei. A gente pode pensar vários nortes, vários horizontes pra pensar porque que a coisa foi centralizada no homem negro né.

Acho que uma das coisas também é que a mulher foi alijada do processo educacional então ela agora começa a ter um protagonismo e começa a pautar de forma extremamente assertiva, a se tratar desse debate.

Hoje em dia, até pensando em algumas perspectivas teóricas, a exemplo da interseccionalidade, não tem como você falar de gênero sem raça, porque são duas categorias que vão estar operando sistematicamente.

E aqui, estou falando de gênero apontando pra mulher muito por conta que há, esse automatismo, essa inclinação quando você fala de gênero, mulher, quando você fala de raça, se fala de negro mas quando você fala de gênero, e esse é um debate muito caro para nós homens negros porque a gente não consegue fazer um debate mais substancial que é sobre nossas masculinidades. E falar das masculinidades para nós homens negros e eu vivenciei isso, quando estagiei na SEPRMI em 2014, que a gente fazia um série de debates, de seminários, formativos e a gente tinha precedido o Julho das Pretas em 2014, teve muitos eventos e chegamos em agosto. E tinha aquela coisa dos dias dos pais, e a gente sempre pegava essas temáticas para problematizar algum tema. E a gente sentou junto com o pessoal de serviço social, e amos falar sobre o que, vamos falar sobre o que e eu falei poxa vamos falar sobre o homem negro, estamos no mês dos pais, né. E aí a gente criou um projeto pra pensar um seminário e convidamos algumas pessoas que falam de masculinidades e são homens negros de grande destaque na sociedade negra baiana, pra falar.

Tínhamos um antropólogo, que eu não me lembro o nome dele aqui agora, mas era uma figura da UFRB que se [destaca] no cenário nacional sobre masculinidades, chamamos o Samuel Vida, pra falar desse lugar da paternidade, do jurídico e tinha outra pessoa que não tou me lembrando. Mas aí quando a gente foi apresentar o projeto, a secretária na época fez assim (e o nome do título, eu inclusive pensei o título, era bem provocativo que era assim “Agosto dos Homens”, fazendo o trocadilho da palavra agosto e gosto e mas que homem é esse né). Então quando eu levei eu fui criticado por todas as mulheres da SEPRMI, no sentido de que, “você tá querendo fazer o que? Ratificar o lugar do homem opressor?” Porque o tema era muito provocativo nesse sentido, mas o debate que a gente tinha pensado, não foi por esse caminho, né. A gente tinha pensado inclusive, na fala desse antropólogo que eu não

tou me lembrando o nome, desse lugar do homem negro gay, mas que a gente não conseguiu executar o seminário, porque tem todas essas dificuldades né. Inclusive ele mesmo, ele acabou tendo que recusar o convite por causa do choque de agenda. E depois eu retratei com ele que não ocorreu o evento e que em outra oportunidade eu iria convidá-lo. Ele falou, é mas caminho é esse mesmo, quase ninguém quer falar de masculinidade. É muito difícil falar de masculinidade, do homem negro a gente encontra muita ressonância. Ainda é o tema muito difícil e que tá dentro da temática de gênero e raça. O quanto que as nossas masculinidades, inclusive as heteras, elas são construídas e forjadas por um potencial de agressividade, uma masculinidade muito nociva que a gente não para refletir nesse lugar. A gente vai, sabe, tapando o ouvido e os olhos e vai continuando seguindo nessa forma. Isso é extremamente pelucoso para nossas relações, principalmente as nossas relações inter raciais né, os homens e as mulheres negras, os homens e homens negros. O nível de letalidade de homicídios da população negra está muito atrás disso. Se a gente pára pra pensar o maior braço do Estado, que a polícia militar, que é majoritariamente negra é a que mais morre é a que mais mata. A polícia é acusada de genocídio da população negra, mas são os policiais, por conta dessa lógica colonial que essa masculinidade está dentro dessa lógica colonial, e forjar essas identidades masculinas, elas são atravessadas por essas violências naturalizadas.

A gente mata e morre muito.

EU: E sobre as ações do GTPRR?

ELE: Poderia dizer várias ações, a nível inclusive, institucional feitas aqui no Conselho ou fora do Conselho. Porque a gente tinha uma preocupação que era assim, a gente está falando sempre pra mesmas pessoas, faz os debates aqui e são as mesmas pessoas que vem. Então já que as pessoas não vem, vamo pra fora, vamos lá até as pessoas. E a gente começou a participar, lá no início de 2011, já no início da minha atuação do GT, da Semanas de Psicologia, dos cursos de Psicologia. Então, como a gente tinha muita vinculação com UFBA, todo ano o GTPRR estava lá. Seja pra falar, do conselho, da estrutura do conselho, espaços extra sala de debate e formação, ou seja para levar o debate das relações raciais, para deixar as sementinhas lá, como deixaram em mim, a bomba pra que essas bombas explodissem ou ecoassem nas aulas ou nos espaços de produção de conhecimento. E assim, essa coisa de ir pra semana de psicologia ela acabou sendo um carro de visibilidade pro GTPRR. Porque a gente conseguia ir pra outras faculdades, inclusive as faculdades particulares, em que esse debate passava a largo. E aí, teve um projeto que a gente criou aqui na época, inclusive o debate foi muito provocado por Edlamar França, que hoje está fazendo mestrado no Rio Grande do Sul, que foram as rodas de conversas, que elas deviam ter um caráter itinerante pra ir pra um terreiro, dentro de um quilombo, no meio de uma rua, de uma praça, pra falar de vários aspectos que atravessavam o tema das relações raciais da população negra. A gente fez cinco rodas. Foram: Saúde da população negra, educação popular e saúde. A gente fez um debate sobre território, inclusive foi um dos debates mais ricos, que teve a presença de uma psicóloga que teve o mestrado dela dentro de uma comunidade quilombola, não era quilombola não, mas era uma comunidade de povo de floresta, foi na pedra do cavalo, que ela fazia essa reflexão a identidade com a terra, com o lugar. Falando dos deslocamentos forçados que ainda os conflitos de terra envolvendo a população negra ainda são muito fortes, a populações quilombolas elas estão ali brigando pra provoCar a constitucionalidade do decreto que rever quem tem direito a ter terras quilombolas, a ter essa nomenclatura identitária pra si, um momento extremamente conservador e retrógrado em termos de garantia de direitos das populações e que nessas cinco rodas teve algumas figuras importantes.

É importante falar desses espaços de ações, que a gente sempre procurava e a gente entendia que não tinha como fazer o debate das relações raciais se não fosse por essa via de dialogar com outras áreas de saber, com antropologia, com educação, com sociologia. Porque a Psicologia por si só ela não dá conta de falar de relações raciais, ela não dá conta. Ela precisa dialogar o tempo todo com a sociologia, com as outras áreas do saber para entender o que é esse humano de interação com a sociedade. Porque eu sou negro na relação com outra pessoa, eu sozinho eu sou apenas eu, eu sozinho não nem homem.

Então foi uma série de ações que gente desenvolveu.



## ENTREVISTA A LAURA AUGUSTA

Psicóloga, co-fundadora da Rede Dandaras Saúde da Mulher Negra e atual coordenadora e integrante do GTPRR

### I PARTE: AGOSTO 2017

EU: Fale sobre sua trajetória ao GTPRR.

ELA: Entrei no gtprr em 2013, ainda estudante do quarto semestre de Psicologia, pela faculdade Ruy Barbosa e era um grupo de trabalho que tinha atividades de grupo de estudos, havia estudos de textos e havia atividades em faculdades que eram atividades de intervenção. Eu conheci o GTPRR através da intervenção que ocorreu na minha faculdade, na semana de Psicologia, 1ª edição onde alguns integrantes levaram a oficina “Racismo nosso de cada dia” e essa oficina ela era pra ser propositalmente para as pessoas pensarem, sentirem como o racismo acontece tecnicamente entre as relações. E eu vi pessoas chorando, eu vi pessoas se sentindo muito ofendidas, porque a oficina tinha esse propósito de fazer as pessoas sentirem como é que o racismo afeta a pessoa negra? Como é que a pessoa negra se sente naquele momento que o racismo acontece. Então pra mim foi um momento de muito questionamento. Então a partir disso comecei a frequentar os encontros gtprr do e conhecer um pouco da dinâmica de como funcionava. Eu saí do GTPRR em 2014 por conta de um estágio que me cobrava um pouco mais de tempo e eu teria que me dedicar mais. Voltei em 2016 em uma outra gestão, em um outro momento, em uma outra dinâmica, porque era uma dinâmica participar de eventos, de construções de textos e de documentos. Participei dessa passagem de gestão pra atual, que volta a ter seu papel de intervenção e discussão de texto, de estar presente, o que acontece nas questões de relações raciais em Salvador, de estar ciente, de estar participando desse momento. E fazer esse lugar político de participação no território e o que a Psicologia produz.

EU: E como tem sido esse debate dentro da Psicologia?

ELA: Pra mim enquanto mulher negra, psicóloga, com identidade que atravessada por diversos outros marcadores, como raça e gênero é fundamental falar de racismo, raça e relações raciais, dentro da psicologia justamente porque, a psicologia que nós aprendemos na faculdade é uma psicologia que é pautada dentro de um ideal que não é um ideal que nós vivemos na sociedade brasileira, muito menos em Salvador, uma cidade majoritariamente negra, a cidade mais negra fora de África. E daí nós temos um problema grande que é dialogar com ideologia que não tem nada a ver conosco e com nossa identidade social. Uma identidade social de pessoa negra, pessoa negra que vive um lugar de negação o tempo inteiro. E viver isso dentro a academia e ter o GTPRR como um espaço de discussão é fundamental, justamente por conta de que a Psicologia precisa refletir sobre isso. Eu acho que é um espaço com potencial absurdo, um espaço muito potente de diálogo e que eu acredito muito que se por acaso a gente tivesse abertura do diálogo institucionalmente com os currículos em Psicologia, talvez espaços como esse não teriam sido necessários para especificamente discutir sobre isso que aí nós estaríamos conversando a identidade da maioria da população negra. Eu sinto muito que a Psicologia ainda se debruça sobre um eurocentrismo que não cabe a muito tempo, não cabe, desde que chegou aqui. A psicologia chega aqui no Brasil com um propósito, só que no decorrer desses 52 anos de profissão a gente tem ai uma mudança de identidade do ser psicólogo muito grande, a gente tem um momento de ação afirmativa de

entrada da pessoa negra na faculdade e faz com que tudo isso seja questionado né? Se antes a psicologia já não era pensada para nós população negra, porque dizia que a gente não tinha alma, dizia que a gente não precisava ou colocavam nossa identidade sempre no âmbito da psiquiatria como uma patologia, e todos os adoecimentos intensificados com a interseccionalidade entre machismo e racismo - dentro de uma caixa voltada sempre para o adoecimento psíquico, não pra falar de racismo como fator de processo de adoecimento, ou construção de identidade, personalidade, subjetivação de identidade. Esse fator raça enquanto construção a Psicologia ela vem se omitindo ou colocando ligada a psicologia social comunitária, o que também é um pouco omissa quanto a isso, gosta muito de falar de classe, porém quando chegamos na interseccionalidade entre raça e gênero nós temos um grande vazio, um grande vão. O que, ou é muito pouco, sucinto, muito genérico, ou a gente tem uma produção que não é honesta, que é feita por uma pessoa que não tem a menor aproximação com essa realidade, geralmente é uma pessoa branca, é um cara e aí o diálogo fica completamente controverso. E o GTPRR ele tem o papel de fazer essa discussão. Trazer a tona essas questões, justamente para pensar uma psicologia menos opressora, uma psicologia mais equânime. Porque o que a gente busca não é igualdade, porque igualdade não resolve problemas, igualdade só aumenta desigualdade. A gente busca equidade. Não posso tratar do mesmo jeito pessoa que tem oportunidades diferentes. Daí o GTPRR é um espaço potente para trazer essa discussão à tona e fazer a gente refletir assim. Massa, tou aqui construindo essa Psicologia dentro da minha atuação, dentro da minha produção científica e será mesmo que esse caminho é o caminho mais equânime pra pensar a subjetividade da população brasileira, pra pensar mil coisas que atravessam a Psicologia que é tão ampla.

Então eu acredito que o GTPRR é bem esse eixo de colocar o pé no chão pra a gente buscar uma Psicologia mais equânime mesmo.

**EU:** Qual a importância do GTPRR para sua formação enquanto mulher e negra?

**ELA:** O GTPRR ele foi fundamental na minha formação enquanto pessoa negra, na faculdade e em outros lugares, além da faculdade, que constroem a minha formação em Psicologia e direcionam meu olhar para essa questão de raça e gênero, e as diversas possibilidades dessas conjugações. Eu sinto que o GTPRR foi só a sacada inicial para abrir esse leque de possibilidades. Quando a gente discute as questões raça e gênero, a gente traz as questões da mulher negra, a gente traz as masculinidades, a gente traz as transgeneridades e sabe que o racismo ele intensifica todas essas opressões. Então, quando eu construí o Rede Dandaras com Taiana Vieira de Palmares, a gente pensando em como as demandas das mulheres negras são invisibilizadas pela psicologia que é construída conservadoramente eu acredito que talvez não tivesse essa sacada se não fizesse parte do GTPRR.

Eu sinto que o GTPRR foi um espaço muito potente pra eu pensar a interseccionalidade entre gênero e raça. E daí surgiu a rede Dandaras que hoje é uma rede que dialoga com as psicólogas negras do Brasil inteiro e já estamos crescendo para a América Latina. É uma rede que visa a promoção de saúde das mulheres negras e colocam nessa promoção de saúde não [somente] a questão da prevenção do cuidado com as doenças epidêmicas que nos atravessam mais, observar os índices de mortalidade materna, violência obstétrica, feminicídio, estupro. Mas pensar para além desses índices como nós podemos promover saúde dentro de uma psicologia que pode vir ser mais equânime. Como a gente pode promover saúde dentro dos espaços políticos de controle social, espaço político de referência e como a rede pode colaborar que a mulher negra ela seja mais assistida sendo que, a política integral de atenção integral da saúde da população negra e atenção integral da saúde da mulher, elas dão conta dessa demanda né, elas são conjugadas. Então essa sacada, ela

precisou ser feita em rede e o GTPRR foi esse espaço potente pra discussão vir a tona e daí outros projetos que acredito que venham a surgir nesse processo. Eu acredito que esse espaço em que as pessoas transitam acaba deixando suas idéias, construindo coisas e levando coisas. Eu sinto que o GTPRR é esse lugar onde as coisas são lançadas e talvez quem lançou não colha mas outras pessoas venham a colher. Eu acho que é isso mesmo.

## **II PARTE – JUNHO/2018**

EU: Com relação as questões de gênero no GTPRR:

ELA: Eu sinto que o GTPRR poderia fazer mais. A discussão sobre relação racial ainda está muito na questão do sofrimento racial, enquanto povo, no sentido de grupo, do que pensando interseccionalmente. Em algumas exceções eu acredito que os trabalhos são construídos nessa perspectiva e compreende-se muitas vezes que, por exemplo, para pensar uma saúde da população negra é primeiro necessário pensar em quanto povo, pra depois pensar as interseccionalidades entre homens e mulheres, pessoas LGBTs, pessoas trans e por ai vai, sacou? É dessa forma que eu enxergo o GTPRR atualmente. Nós estamos por exemplo em processo de organização, construção de missões, valores blá, blá e isso vem muita a tona, justamente por conta por exemplo, da questão indígena, esse choque com a questão étnica. Será que estamos falando somente da população negra ou também de intolerância religiosa, população indígena, população quilombola, então tudo isso ta vindo a tona agora nessas discussões. Quando nós falamos das questões de gênero, eu sinto que ainda está muito aquém do que poderia ser feito, sabe? Apesar de algo existirem com GT de gênero do Conselho e outras iniciativas de outros lugares que nos fazemos parte, ainda sinto que poderia ser feito muito mais.

EU: E sobre as ações do GTPRR?

ELA: Em 2017 uma mesa que envolvia o GTPRR E O GT Gênero, prof. Jana Tavares e outra pessoa, não lembro, vou até buscar, pra depois passar pra você o nome correto. Que foi uma mesa, onde se falou muito sobre atuação, né, profissionais, mulheres, a maioria eram mulheres cis. Não, eram todas mulheres cis, eu não lembro de outra pessoa que não fosse. E falou-se sobre experiências, vivências, coisas do cotidiano e tal. Mas a pauta de gênero realmente é invisibilizada. Eu posso fazer um levantamento breve e passar pra você algumas situações que já foram construídas pelo GTPRR e que o objetivo era trabalhar gênero. Tá bom?